

RELATOS DA PANDEMIA

Vivências e Pesquisas do PET Conexões de Saberes - Diálogos entre Comunidades

ESCRITO POR:

**ANA CLAUDIA DE OLIVEIRA BARBOSA
BEATRIS CRISTINA BADIA
CAIQUE SOUZA RIBEIRO
CAROLINE DILDEY
CHAIANE GUTERRES
GABRIEL HENRIQUE DE CASTRO RICARDO
KAUANA JANAINA PIRES DE CASTRO
LUANA TREVISAN
MAISA BATISTA DE CARVALHO
MATHEUS DIAS DA SILVA
RANIERI PAULO BONA
RODRIGO WILLIAM DA SILVA
SARA SANTOS
SILVIA REGINA MEDEIROS DE OLIVEIRA**

ORGANIZADO POR:

ISRAEL BRAGLIA



PET CONEXÕES
DE SABERES

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA





RELATOS DA PANDEMIA



**PET CONEXÕES
DE SABERES**

**COMUNIDADES
URBANAS
POPULARES**

**DÍALOGOS ENTRE
COMUNIDADES**





PET CONEXÕES DE SABERES APRESENTA

RELATOS DA PANDEMIA

Vivências e Pesquisas do PET Conexões de Saberes -
Diálogos entre Comunidades

FLORIANÓPOLIS - SANTA CATARINA

Copyright © 2021 by PET CONEXÕES DE SABERES
ISBN 978-65-00-20680-7 por CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO

DIREITOS DE PUBLICAÇÃO RESERVADOS.

GRUPO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO TUTORIAL CONEXÕES DE SABERES DIÁLOGOS ENTRE COMUNIDADES
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - GOVERNO FEDERAL

Ministério da Educação - MEC
Secretaria de Educação Superior - SESU
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE
Pró-Reitoria de Graduação - PROGRAD
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC
Programa de Educação Tutorial - PET

Ficha catalográfica: Helouíse Viola
Design e projeto editorial: Israel Braglia
Seleção de imagens: Ranieri Paulo Bona

Dados internacionais de catalogação de publicação (CIP)

Helouíse Hellen de Godoi Viola (Bibliotecária CRB1-2790)

B813r

Braglia, Israel (org.)
Relatos da pandemia: vivências e pesquisas do PET Conexões
de Saberes - Diálogos entre comunidades / Israel Braglia (org.) - 1. ed. -
Florianópolis, SC: PET Conexões de Saberes - UFSC, 2021.
1,36 Mb ; ePUB.

Inclui biografias dos autores e bibliografia.
ISBN 978-65-00-20680-7

1. Pandemia. 2. Saúde Mental. 3. Assistência Social 4. Comunica-
ção 5. Educação I. Barbosa, Ana Claudia de Oliveira II. Badia, Beatris
Cristina III. Ribeiro, Caique Souza IV. Dildey, Caroline V. Guterres, Chaiane
VI. Ricardo, Gabriel Henrique de Castro VII. Castro, Kauana Janaina Pires
de VIII. Trevisan, Luana IV. Carvalho, Maisa Batista de X. Silva, Matheus
Dias da XI. Bona, Ranieri Paulo XIII. Silva, Rodrigo William da XIV. Santos,
Sara XV. Oliveira, Silvia Regina Medeiros de XVI. Título

CDU 36

Índices para catálogo sistemático:

1. Proteção das necessidades materiais e mentais da vida - 36

1ª edição - inverno 2021

Grafia atualizada segundo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009.

PET CONEXÕES DE SABERES

Espaço Físico Integrado - EFI, Piso Térreo, sala 232.
Universidade Federal de Santa Catarina
Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima, Trindade.
Florianópolis-SC. Brasil. CEP: 88040-900

Tutor: Prof. Dr. Israel Braglia

www.petconexoes.ufsc.br

Instagram: @petconexoes.ufsc E-mail: petconexoesmc@gmail.com

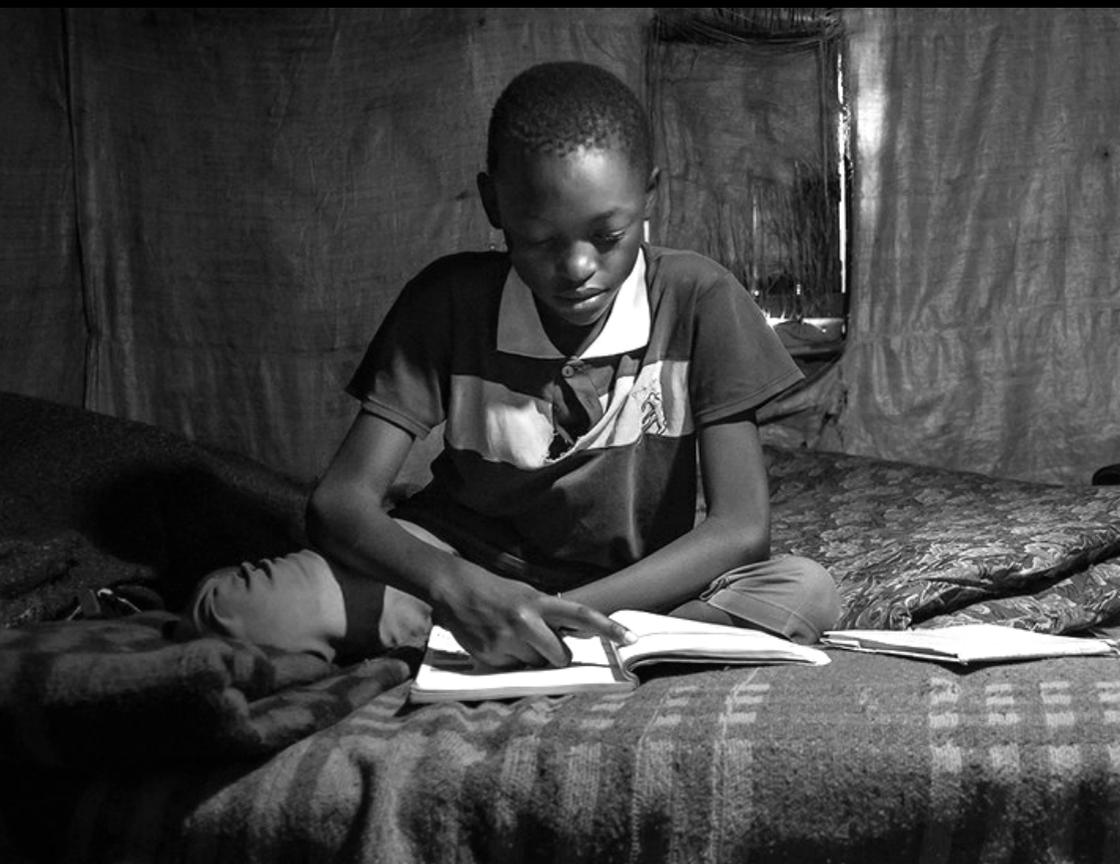
IMPRESSO NO BRASIL - PRINTED IN BRAZIL

É PROIBIDA A VENDA DESTA LIVRO

SUMÁRIO

Poema.....	08
Prefácio.....	11
Apresentação.....	13
Introdução.....	15
PAERTE 1: pesquisas.....	18
Infográfico: como se proteger das <i>fake news</i> em tempos de pandemia?.....	20
1. A pandemia do coronavírus e sua relação com os aspectos econômicos e sociais no Brasil.....	23
2. Assistência humanitária aos migrantes e refugiados venezuelanos no Brasil.....	35
3. O uso de tecnologias de informação para teleatendimento na atenção primária de Florianópolis: um relato de experiência.....	43
4. Alternativa de cuidado coletivo em saúde mental em um CAPS II de Santa Catarina durante a pandemia da COVID-19: Grupos Virtuais.....	53
5. Permanência Estudantil: a estratégia de (des)enfrentamento adotada pela Universidade Federal de Santa Catarina frente à pandemia do COVID-19.....	65
6. Intensificação da precarização do Ensino Básico em tempos de pandemia.....	73
PARTE 2: vivências.....	89
O PET e seus objetivos.....	93
Conheça o nosso PET Conexões.....	97
Quem somos.....	99
Os autores.....	101
Últimas palavras.....	105
Referências.....	107
Contato.....	114

QUARENTENA



Quarentena, até então conhecíamos esta palavra com outro significado

Como resguardo, sim, aquele resguardo pós-parto

Se resguardar

Se recuperar, pois o parto não foi fácil, muitas horas de dor e sofrimento e mil sentimentos Ansiedade, meses de expectativas, choro

Mas ainda não é o choro esperado, uma gestação tem um tempo para organizar a chegada de mais um amor em sua vida.

Na gestação os sentimentos ficam confusos, um dia está bem e no outro está mal e só quer chorar...

Odeia depois ama, tudo isso em um mesmo momento

Agora estamos todos de quarentena ou quase todos...

Nesta quarentena temos aquele tempo para pensar, avaliar, sofrer e chorar tudo isso sozinha

E aí você vai pensar “Ué! Nem tive um parto para ficar de resguardo”

Os ataques são cotidianos agora não só no nosso corpo, mas sim em toda a sociedade.

Os ataques tão brutais que fazem doer, sofrer e a luta vem e a lágrima corre

Gerar um filho, gerar tudo isso.

Mas não estou gerando! Sim, está gerando uma filha chamada esperança

Esperança que tudo isso passe, que possamos voltar a ver os rostinhos de quem amamos, Que possamos tocar e sentir o calor de suas mãos

As expectativas são grandes de ver todos saudáveis, olhar nos olhos e ver aquele brilho no olhar, que faz o coração se aquecer e a lágrima rolar, agora não tão fria e pesada, mas vem suave, leve e quente.

PREFÁCIO

Caros leitores,

Este livro tem como proposta trazer críticas reflexivas e relatos de experiência de profissionais em formação em tempos de pandemia.

A pandemia do COVID-19 que afetou o mundo inteiro em 2020 trouxe novos problemas e agravou problemas já existentes no Brasil, em Santa Catarina e como não poderia ser diferente em Florianópolis.

Setores relacionados aos direitos básicos universais como os de acesso à saúde, educação, trabalho e moradia que há tempos vinham sofrendo mudanças devido a novas políticas públicas ou a falta destas , com a pandemia tiveram o cenário agravado.

Os Brasileiros e imigrantes que escolheram esta Pátria para chamar de sua, que já sofriam com a desigualdade social, tiveram novos desafios para a garantia, manutenção e ampliação de seus direitos .

Com as incertezas causadas por este novo vírus , com a necessidade de distanciamento e o fechamento de vários serviços, a população em geral precisou se readequar, mas para a população que já sofria com as desigualdades sociais, estes obstáculos foram ainda maiores.

Diante disso, a proposta deste trabalho é além de uma análise crítica sobre o contexto pré e pós pandêmico, compartilhar experiências onde profissionais e profissionais/alunos em formação se reinventaram: seja na educação com árdua tarefa de manter o direito à formação de sujeitos reflexivos agora de maneira remota ; seja na garantia de direitos , proteção e seguridade social dentre todas as incertezas e do desemprego; seja na saúde com a necessidade de distanciamento social, mas a necessidade de garantia de acesso rápido às demandas dos agravos à saúde relacionadas ao SARS-COV-2 e não esquecendo dos demais agravos à saúde, incluindo as demandas de saúde mental e toda a singularidade e vulnerabilidade desses sujeitos.

Convido vocês a se entregarem nesta temática de importância ímpar, guiados pelo olhar de profissionais em formação de um serviço público de ensino que utilizam e realizam estágios em serviços públicos da saúde e assistência social, pois sempre é necessário reafirmar a importância de políticas públicas e serviços públicos e de qualidade a todos os cidadãos neste país.

INGRID PIRES SILVA

*enfermeira pós-graduada em
saúde mental e atenção psicossocial*

APRESENTAÇÃO

Era domingo. Eu estava dirigindo de Blumenau para Florianópolis, retornando para casa. As crianças dormiam no banco de trás. Quando parei na fila de carros na BR-101 para o pagamento de pedágio, vi no meu celular um SMS com um recado para que as aulas da segunda-feira fossem canceladas devido a um vírus que estava se espalhando na Europa e que, por precaução, a Universidade não iria abrir na segunda-feira até que a situação fosse normalizada.

A verdade é que após aquele domingo – 15 de março de 2020 – a situação não foi “normalizada”. Desde então o ensino presencial foi suspenso e um tal vírus corona avançou sobre todas as nações com veemência. Estamos em pandemia.

Um novo jeito de viver iniciou-se. Muitas mudanças no ordinário ocorreram. A relações interpessoais foram transformadas. O modo de se fazer educação mudou. A UFSC mudou. O nosso PET *também* mudou.

De uma hora para outra tudo foi modificado. Com o ensino remoto, o PET Conexões de Saberes da UFSC teve que se adaptar a um novo formato – a distância. Mas

mesmo distantes, agimos e passamos a ter vivências projetuais individuais.

Os estudantes do nosso grupo PET são de diversas áreas: serviço social, medicina, psicologia, filosofia e design. De repente, os estudantes passaram a enfrentar os impactos dessa pandemia global.

Você tem em mãos os estudos de pesquisa e relatos desses estudantes de graduação do nosso grupo. São verdades e modos de ver o mundo pelos olhos de alunos em formação que arregaçaram as mangas para enfrentar a pandemia e trabalhar em prol de um bem comum na cultura social: entender o vírus e as novas práticas sociais e políticas que com ele foram geradas.

Neste sentido, compartilhamos aqui os pesquisas e vivências do Grupo PET Conexões de Saberes da UFSC – artigos, relatos e material produzido pelos estudantes e organizados por mim para mostrar à comunidade em geral a força de trabalho e de relevância do nosso PET em nossos dias.

Mesmo já tendo se passado mais de um ano, ainda estamos em pandemia. Ainda estamos distantes, mas continuamos operantes. Você verá nas próximas páginas o que nós fazemos, o que pesquisamos e como agimos.

Dentre tudo, o que posso te dizer é: vale à pena nos conhecer – vale à pena pesquisar sobre o este “novo normal” com o nosso PET.

Boa leitura!

PROF. DR. ISRAEL BRAGLIA

Tutor do PET CONEXÕES DE SABERES UFSC

INTRODUÇÃO

Somos o “PET Conexões de Saberes” – Programa de Educação Tutorial, um programa desenvolvido para o fortalecimento do tripé da universidade pública brasileira: ensino, pesquisa e extensão. Vinculado ao Ministério da Educação (MEC), temos como objetivo construir coletivamente a troca de conhecimento entre orientador e orientandos para retribuição à população deste investimento chamado educação pública.

Composto por um grupo multidisciplinar que se encontra na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com o tutor Israel de Alcântara Braglia e doze estudantes chamados de petianos; somos estudantes de diferentes áreas do conhecimento: Medicina, Serviço Social, Psicologia, Design e Filosofia.

Os relatos deste livro trazem multi-conhecimentos e vivências. Propomos ao leitor refletir sobre as mudanças causadas pelo período pandêmico em nossas rotinas e hábitos.

Nós, petianos, tivemos que nos adaptar nos campos de estágio, vivenciamos estas experiências de transforma-

ções para uma nova realidade, cheia de desafios. Os relatos neste livro reúnem uma série de observações do dito “novo normal”.

Tais transformações trouxeram modificações nos atendimentos na área da saúde de baixa complexidade deixaram de ser em um consultório e passaram a ser em nosso ambiente mais íntimo: a nossa casa, onde, hoje, passamos a maior parte do tempo. A tecnologia auxiliou esta “mudança”. Neste período foi possível verificar que as “mudanças” trouxeram impactos na saúde mental, não somente para quem já era usuário dos serviços de saúde, mas para a população em geral -, o que trouxe um grande desafio para as políticas públicas de como atender a alta demanda.

Na contribuição com a assistência em saúde e auxílio no convívio social dos usuários, quais os limites e as possibilidades dessas alternativas, para os usuários e para os serviços públicos ofertados?

Este período foi marcado pelo drástico aprofundamento das desigualdades sociais, não somente a alimentação se tornou um item de extrema necessidade e escassez, mas também, o acesso a recursos de saúde como respiradores, oxigênio e leitos de UTI – esse último distribuído de acordo com as condições demográficas; critério que determinou os atendimentos prioritários, portanto, de quem teve direito a vida ou não.

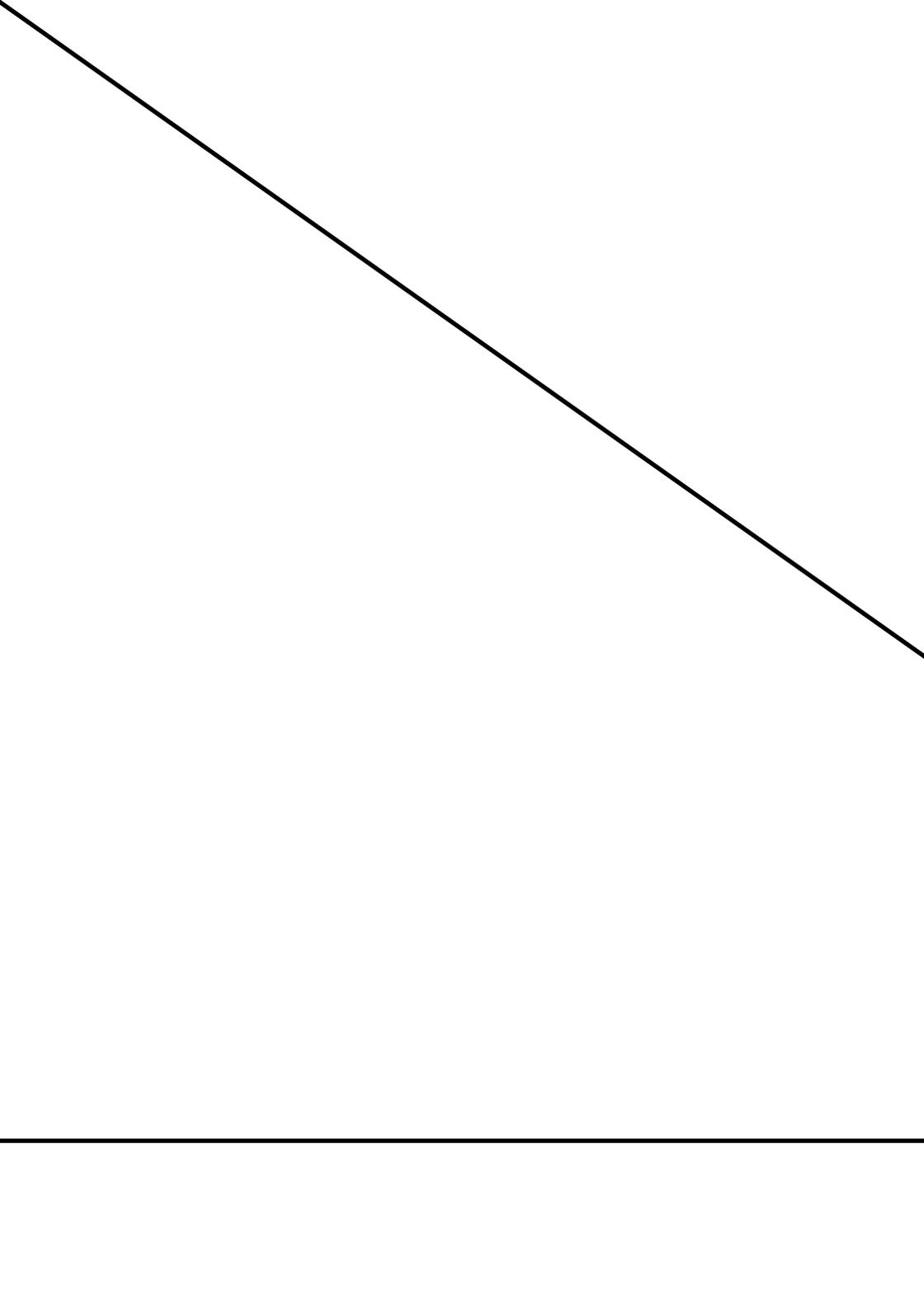
Outras perguntas perpassam nosso dia-a-dia: como a educação se transformou do ensino básico até a universidade? Qual espaço temos para o exercício da atividade intelectual? É preciso considerar que em nossa sociedade, historicamente, há uma divisão social do trabalho, extremamente injusta, e que mulheres têm jornadas exaustivas, e agora, na pandemia, com o adendo do ensino remoto,

dentro de casa, como a tarefa de ensinar as crianças se refletiu na vida das mulheres?

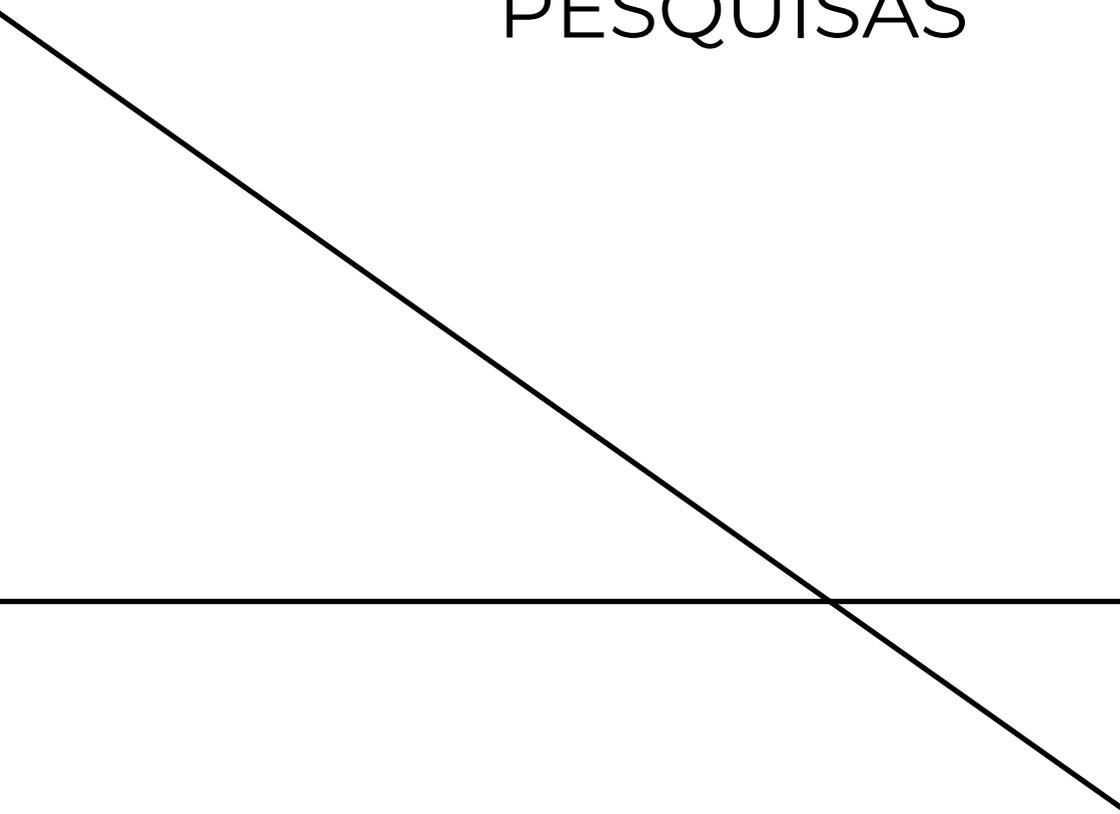
Não podemos deixar de registrar essas modificações nesse período histórico e nem fechar os olhos para o que temos vivido, e, a universidade pública tem um compromisso com a comunidade de fazer cumprir o seu tripé: Ensino, Pesquisa e Extensão. Uma das metas do deste grupo PET é cumprir esses três pilares fazendo com que vivemos, experienciamos, pesquisamos e produzimos retorne para a sociedade. Sendo assim, você tem em mãos um pouco das nossas experiências vividas em ambiente acadêmico e nos momentos de estágio. Nossas experiências aqui não apenas para estudantes, mas para todos e todas que queiram aprofundar seus conhecimentos.

Boa leitura!

GRUPO PET CONEXÕES DE SABERES UFSC



PARTE 1
PESQUISAS



INFOGRÁFICO

POR GABRIEL HENRIQUE DE CASTRO RICARDO

COMO SE PROTEGER DAS FAKE NEWS EM TEMPOS DE PANDEMIA



QUAL A FONTE?

Reconheça a fonte da informação: recebeu no WhatsApp? Viu no Facebook? Você conhece o veículo de informação que está divulgando a informação? É um veículo confiável? Este é o primeiro passo.

A INFORMAÇÃO ESTÁ DISPONÍVEL NA ÍNTEGRA?

Para atrair a atenção e o clique dos leitores, as manchetes costumam ser sensacionalistas. É importante ler a notícia até o fim, mas cuidado ao clicar em links duvidosos!



EXISTEM OUTRAS FONTES DIVULGANDO ESSA INFORMAÇÃO?

Pesquisar se existem outras fontes é fundamental para distinguir uma fake news de uma informação fidedigna. Faça o teste: jogue o título de matéria em algum buscador como o Google e cheque os resultados.

A NOTÍCIA É DE QUANDO?

A notícia até pode ser verdadeira, mas já verificou a data? Veicular notícias antigas como se fossem atuais também é uma forma maliciosa de influenciar a opinião das pessoas.



MUITOS ERROS DE PORTUGUÊS? DESCONFIE...

Erros gramaticais, uso exagerado de interrogações ou exclamações... fique atento, pois pode ser um site de fake news.

É UM ÁUDIO OU VÍDEO?

Desconfie em dobro! Faça um pequeno resumo das informações e use um buscador para checá-las uma a uma.



DENUNCIAR FAKE NEWS É PROTEGER A DEMOCRACIA

VISITE-NOS EM NOSSAS REDES SOCIAIS



PETCONEXOES.UFSC.BR



PETCONEXOES.UFSC.BR

CAPÍTULO 1

A PANDEMIA DO CORONAVÍRUS E SUA RELAÇÃO COM OS ASPECTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS NO BRASIL¹

Por Kauana Janaína Pires de Castro

DESIGUALDADE, PROTEÇÃO SOCIAL E NEOLIBERALISMO NO BRASIL

Para compreender a atual conjuntura brasileira, no contexto da pandemia do novo coronavírus, é necessário recapitular informações anteriores ao momento em que vivemos. Assim, consideramos a realidade como resultado de diferentes aspectos desenvolvidos ao longo da história.

A constituição histórica do Brasil é marcada por contradições, por relações de domínio e exploração, pelo escravismo e o extermínio praticados contra os povos originários da América e os povos sequestrados do continente Africano.

As violentas práticas do escravismo colonial e o assalto às riquezas naturais na região da América Latina, serviram para o enriquecimento de países centrais da Europa, larga-

¹ Trabalho elaborado a partir dos acúmulos contatados durante as atividades desenvolvidas junto ao PET Conexões de Saberes - Comunidades Urbanas Populares no ano de 2020, sob tutoria do Prof. Israel de Alcântara Braglia, e dos conhecimentos desenvolvidos ao longo da graduação em Serviço Social na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

mente superior ao desenvolvimento observado nos países dominados e explorados.

Diferentes acontecimentos históricos nos permitem perceber a constante reatualização de desigualdades existentes desde o período colonial, conservadas em prol do controle e da superioridade econômica, política e social de determinadas nações sobre outras, bem como de determinados grupos sociais sobre outros².

Tendo estes elementos em mente, cabe analisarmos que desde a crise econômica eclodida em 1929, passando a assumir novas formas após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), os Estados capitalistas centrais passaram a incorporar um forte aspecto social em suas ações, sem o abandono de características liberais anteriores, promovendo políticas de pleno emprego, avanços na seguridade social, diversificação no padrão de consumo e o consequente aumento da qualidade e expectativa de vida (GUIMARÃES, 2015).

As assistentes sociais Elaine Rossetti Behring e Ivanete Boschetti (2009, p. 65), assinalam que as transformações observadas nos países imperialistas durante este período ocorreram também devido à organização dos movimentos sociais da classe trabalhadora e à abertura para a sua participação nos espaços oficiais de tomada de decisões, sendo que as medidas adotadas neste cenário revelam

“uma mudança na relação do Estado com o cidadão em quatro direções: a) o interesse estatal vai além da manutenção da ordem, e incorpora a preocupação de atendimento às necessidades sociais reivindicadas pelos trabalhadores; b) os seguros sociais implementados passam a ser reconhecidos legalmente como conjunto de direitos e

2 A respeito do tema, ver Jacob Gorender: “Escravidão Colonial”; e Florestan Fernandes: “Capitalismo dependente e Classes Sociais na América Latina”.

deveres; c) a concessão de proteção social pelo Estado deixa de ser barreira para a participação política e passa a ser recurso para exercício da cidadania; e d) ocorre um forte incremento de investimento público nas políticas sociais, com crescimento do gasto social: os Estados europeus passam a comprometer em média 3% de seu Produto Interno Bruto (PIB) com gastos sociais a partir do início do século XX (Pierson, 1991: 107).”

No Brasil, contudo, durante o mesmo lapso temporal, observou-se a criação de direitos sociais focados no vínculo empregatício, como os seguros contra acidentes de trabalho e caixas de aposentadoria. Estes eram ainda restritos a categorias profissionais consideradas estratégicas pelo governo (trabalhadores da marinha, ferroviários, etc).

A Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT (1943) foi responsável por ampliar a abrangência de algumas das proteções sociais existentes à época, porém estas seguiam condicionadas ao trabalho.

Assim, a legislação trabalhista foi conquistada pelos trabalhadores e utilizada pelo Estado e o setor privado como forma de controle político, instrumento de consenso para amenizar conflitos ocasionados pela desigualdade social.

Assim, enquanto os centros capitalistas desfrutavam seus anos de ouro, de retomada do crescimento sócio-econômico, os avanços possíveis na região da América Latina eram fortemente voltados ao incentivo do mercado industrial, em sua maioria formado por empresas estrangeiras.

As possibilidades de generalização dos princípios de bem estar social no Brasil tiveram abertura apenas ao final da década de 1980, com o fim da ditadura militar e a promulgação da Constituição Federal de 1988, quando passou a

ser construído o sistema de seguridade social brasileiro: ”um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os **direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social**” (BRASIL, 1998).

A criação da Seguridade Social brasileira representou a conquista de avanços significativos no campo das políticas sociais, como por exemplo: a valorização da cidadania e dos direitos sociais; a expansão da participação política através de conselhos e conferências; a redistribuição de recursos públicos; e, ainda que de maneira limitada, uma reflexão acerca da ética liberal até então observada nas iniciativas do Estado, ou seja, transitando de uma lógica predominantemente privatista para o comprometimento com direitos sociais coletivos.

Na década de 1990 a Seguridade Social entrou em um processo de fragilização, desencadeado por orientações e imposições das agências multilaterais em colaboração com os governos brasileiros.

Foram então adotadas estratégias para desarticular o novo sistema de proteção social, dentre elas:

- O desinteresse em formular e aprovar legislações, planos e normativas necessárias ao trabalho social;
- As tentativas de alterar leis (inclusive constitucionais) através de decretos presidenciais e outros arranjos burocráticos;
- A desresponsabilização do Estado e a transferência de demandas públicas para setores da sociedade civil e empresarial.

Assim, ainda em seu período de maior aproximação às características de um Estado de Bem Estar Social – conquistado pelas potências europeias –, as determinações históricas e conjunturais favoreceram a continuidade das práticas de solidarismo, focalização e fragmentação da proteção social no Brasil.

Foi diante deste cenário que a categoria de assistentes sociais se manifestou, na Carta de Maceió³, pela defesa da Seguridade Social enquanto um **sistema integrado e universal**⁴ de proteção social, em detrimento da opção pela “mobilização em torno das políticas setoriais” (CFESS/ CRESS, 2000, p. 1), focalistas e privatistas.

A carta expressa que a conquista de **orçamento próprio** destinado à Seguridade Social se tratou de passo fundamental para a ampliação de direitos coletivos no Brasil e elencou compromissos em sua defesa:

- Denunciar propostas restritivas de direitos e desvios de seus recursos próprios;
- Participar das iniciativas de fiscalização de seu orçamento;
- “Superar a fragmentação setorial” (CFESS/CRESS, 2000, p. 2);
- Propor ações sentido à incorporação de demais políticas sociais em sua composição;
- Compor conselhos, conferências e fóruns de controle social.

3 A carta foi divulgada durante o XXIX Encontro Nacional do conjunto CFESS/CRESS (Conselho Federal de Serviço Social e Conselhos Regionais de Serviço Social), realizado entre os dias 03 e 06 de setembro de 2000 na cidade de Maceió (AL).

4 Na contramão das características até então observadas no Brasil, o sistema de Seguridade Social criado em 1988 articulou diferentes direitos sociais, especificamente da saúde, assistência e previdência social, para o atendimento de toda população, sem restrições corporativas.

Neste cenário, é possível citar ainda outros exemplos de medidas contrárias ao desenvolvimento da Seguridade:

- A Desvinculação das Receitas da União: permite que a verba orçamentária destinada para o desenvolvimento das políticas sociais seja realocada para outras áreas da administração pública;
- O insuficiente financiamento da seguridade social estipulado no orçamento fiscal;
- As isenções fiscais para instituições que não têm por finalidade o trabalho social publicamente orientado, como empresas, clubes de futebol, igrejas, escolas privadas, etc.;
- A sonegação fiscal e o impacto para o orçamento público;
- O rebaixamento das contribuições previdenciárias devido aos postos de trabalho irregulares e ao reduzido índice salarial da população;
- A proposital precarização das funções do Estado, num avanço das políticas de privatização;
- A baixa contribuição previdenciária devido ao índice salarial da população, etc.

A partir deste acúmulo, entende-se que o processo de desvalorização e as limitações da Seguridade Social estão atreladas à lógica neoliberal de Estado, em nome da qual se dá prioridade às políticas econômicas voltadas aos interesses particulares e lucrativos de multinacionais, em detrimento do investimento planejado e contínuo em políticas sociais voltadas aos interesses coletivos.

A aprovação da Emenda Constitucional 95 (EC 95)⁵, da Contrarreforma⁶ da Previdência e Trabalhista, a tentativa de profundo avanço nas relações público-privadas de ensino, a priorização de uso dos recursos do Estado para o pagamento da dívida pública, entre outras, são expressões mais recentes da incorporação da ideologia neoliberal, restritiva de direitos sociais, junto ao Estado brasileiro.

EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL E A PANDEMIA MUNDIAL DO CORONAVÍRUS NO CONTEXTO BRASILEIRO

Dado o caráter desigual e excludente da ordem capitalista em que vivemos, dimensões como classe, raça-etnia e gênero são determinantes para o acesso a oportunidades de trabalho formal, habitação, saneamento, saúde, educação, esporte, cultura, lazer e outros direitos sociais, civis e políticos.

A partir deste contexto podemos afirmar que a promoção da saúde e a produção de doenças estão ligadas a fatores biológicos e também sociais. Pois, se é verdade que todo ser humano precisa consumir alimentos para sobreviver, também é um fato que os indivíduos não possuem as mesmas condições materiais para satisfazer as suas necessidades.

Os dados de *Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil*, mapeados pelo Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE) no ano de 2018, revelam que a maior parcela da população brasileira se autodeclara preta ou parda, tota-

5 A Emenda Constitucional 95 congelou os investimentos públicos por 20 anos, em descon sideração à dinamicidade da realidade, das necessidades da população e da capacidade de atendimento das políticas.

6 O termo Contrarreforma é utilizado como oposição ao conceito de Reforma arbitrariamente apropriado por governos que em verdade operam o desmanche das políticas de proteção social, em detrimento de seu aperfeiçoamento como costumam objetivar as reformas em geral.

lizando o índice de 55,8%, enquanto as pessoas brancas correspondem a 43,1% da população.

Contraditoriamente, o percentual de pessoas pretas ou pardas em cargos gerenciais corresponde apenas a 29,9%, ao mesmo passo que pessoas brancas ocupam 68,6% dos cargos gerenciais. Reforçando as arbitrariedades, os índices de pessoas com 14 anos ou mais em empregos informais revelam a disparidade de 47,3% de cargos ocupados por pessoas pretas e pardas, em comparação a 34,6% preenchidos por pessoas brancas (BRASIL, 2021).

Através de informações apresentadas pela Agência de Notícias IBGE, referentes ao ano de 2016, é possível observar também as desigualdades de gênero enfrentadas para a manutenção da vida: “Apesar de as mulheres representarem mais da metade da população em idade de trabalhar, os homens preencheram 57,5% dos postos de trabalho. As mulheres receberam, em média, R\$1.836, o equivalente a 22,9% menos do que os homens (R\$2.380).” (BRASIL, 2017).

Cabe lembrar ainda que, além da jornada de trabalho com vínculo empregatício, grande parcela das mulheres enfrentam uma jornada extra de trabalho não remunerado na manutenção de suas casas, no cuidado com crianças, idosos, etc.

Ainda, levantamentos do IBGE datados de 2018 indicam que: 9,7% da população reside em áreas onde não há coleta de lixo; 15,1% enfrentam a ausência de abastecimento de água por rede geral; e 35,7% não possui acesso ao esgotamento sanitário por rede coletora ou pluvial (BRASIL, 2021).

Os números apresentados revelam a desigualdade social brasileira e as condições desfavoráveis enfrentadas por grande parcela da população brasileira, sendo que as fragilidades econômicas e sociais têm se intensificado no contexto da pandemia.

Tal cenário possui expressões também nos números de morte por Covid-19, conforme indicam as reportagens:

“No Brasil, de acordo com dados divulgados pela ONG Rede Nossa São Paulo, o fator de risco para que a covid-19 seja fatal é o endereço. [...] De acordo com a Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo, houve um aumento de 45% nas mortes nos 20 distritos mais pobres da cidade. Nos 20 mais ricos, o aumento foi de 36% [...] Em um levantamento feito recentemente, a Nossa São Paulo mostrou que a distribuição de leitos de UTI vinculados ao SUS no município só confirma a exclusão vivida por cidadãos que moram nas periferias da cidade: apenas três subprefeituras (Sé, Pinheiros e Vila Mariana) — localizadas nas regiões mais ricas e centrais — concentram mais de 60% dos leitos em UTI do SUS no município. Enquanto isso, 20% da população (2.375.000 pessoas) vivem em sete subprefeituras localizadas nas periferias, em que não há um leito sequer.” (VESPA, 2020)

“Um levantamento exclusivo encomendado por ÉPOCA à consultoria Lagom Data, em que foram analisados dados de 54.488 vítimas, mostra o que dizem os mortos sobre a pandemia no Brasil. A conclusão é que, por razões socioeconômicas e sociodemográficas, a doença matou mais pobres e pardos, mais homens que mulheres e mais jovens do que em outros países onde a pandemia inviabilizou sistemas de saúde, como na Itália e na Espanha. [...] Das vítimas cuja cor foi identificada, 61% constam como pardas

e pretas, enquanto, segundo o IBGE, os pardos e pretos no país representam 54%.” (REVISTA ÉPOCA, 2020)

Os números apresentados pelo IBGE são organizados também por diferentes modelos familiares (unipessoal, casal sem filhos, casal com filhos, arranjo formado por mulher sem cônjuge e com filhos até 14 anos, entre outros). Este aspecto retrata como a transferência de responsabilidades do Estado para as famílias ignora as distintas formas de organização dos grupos e suas diferentes necessidades.

Diante da desconsideração da realidade das famílias, observa-se a imposição de adequação dos sujeitos a uma estrutura familiar nuclear⁷ capaz de mobilizar rendimentos suficientes para dar conta dos encargos de alimentação, moradia, saúde, educação, entre outras necessidades básicas.

Em resumo, podemos afirmar que medidas de austeridade fiscal têm por efeito colateral a sobrecarga das famílias, comumente absorvida pelas mulheres, e a reprodução de hierarquias, dependências e violências baseadas em fatores financeiros e sociais (CASTRO, 2019).

Contraditoriamente, diante das ausências e omissões das diferentes esferas governamentais no enfrentamento às expressões da questão social e à pandemia, as iniciativas de proteção social baseadas na solidariedade se tornam ainda mais urgentes devido ao aumento do desemprego e da fome, além da suspensão de atividades presenciais nas escolas, creches e espaços de convivência para idosos e pessoas com deficiência.

Por esse motivo, conforme demonstra o *Relatório Anual de 2020: socorro na pandemia, os valores coletivos e a capa-*

⁷ A família nuclear é baseada na existência de um casal com filhos, onde os sujeitos do grupo se organizam de acordo com papéis sociais para prover suas necessidades. Este arranjo familiar está atrelado a parentescos de primeiro grau e à interdependência econômica e social.

cidade organizativa da população periférica têm sido referência no enfrentamento das adversidades postas para a classe trabalhadora na pandemia.

Ainda que reconheçamos a grande importância da ajuda mútua entre os sujeitos nesses contextos, cabe ressaltar que os dados apresentados demonstram como ações fragmentadas são incapazes de dar respostas eficientes para contradições sociais complexas. Para isso, se fazem necessárias ações como a ampliação e o aprimoramento da seguridade social.

CONCLUSÃO

As transformações desencadeadas pelo Covid-19 evidenciam ainda mais as desigualdades sociais previamente existentes e a necessidade de qualificar as condições do trabalho social no Brasil.

A focalização da proteção social nas situações de extrema vulnerabilidade, conforme observada na atual conjuntura, é incompatível com o projeto de cidadania contido na Constituição Federal de 1988 e, particularmente, com a Seguridade Social brasileira que expressa os princípios da universalidade no acesso e da integralidade entre as ações das políticas de proteção social.

Respostas técnica e eticamente comprometidas com o enfrentamento das contradições sociais expostas ao longo do texto, exigem a elaboração de planos de ação qualificados, contínuos e que considerem as iniquidades históricas do Brasil.

As transferências de recursos das políticas públicas para a produção de lucro nos diferentes setores da economia privada - especialmente ao mercado financeiro, através

do pagamento da dívida pública e das isenções fiscais -, é apenas um dos grandes dificultadores para a superação de práticas restritivas de direitos.

Concluimos então que o enfrentamento da pandemia em sua fase aguda e a atenuação de seus efeitos posteriores exigem a revogação da EC 95, a revisão do pagamento da dívida pública, a reversão da DRU e das contrarreformas da previdência e trabalhista - medidas que assaltam os recursos da seguridade social e das demais políticas públicas, ao mesmo passo em que precariza as condições de vida da população e contribuem para o aumento de demandas em um contexto de insuficiência dos recursos repassados aos serviços de proteção social.

CAPÍTULO 2

ASSISTÊNCIA HUMANITÁRIA AOS MIGRANTES E REFUGIADOS VENEZUELANOS NO BRASIL

Por Ana Cláudia de Oliveira Barbosa

A intensificação do fluxo migratório de venezuelanos para o Brasil ocasionou um aumento importante na demanda por serviços e políticas públicas direcionadas a essa população.

A demanda surgiu inicialmente na região fronteira, principal porta de entrada de venezuelanos no Brasil, em cidades como Pacaraima e Boa Vista (RR). A região, que já possuía uma estrutura de serviços públicos deficitária e situação econômica desafiadora, passou a enfrentar uma crise humanitária com a chegada de um grande fluxo de migrantes do país vizinho.

Como as dificuldades encontradas na fronteira, a migração dessa população para as demais regiões do país tornou-se inevitável. Como consequência a demanda por uma estrutura de atendimento acompanhou essas pessoas para os locais onde deslocaram-se em busca de oportunidades.

É sobre essa demanda que a Cáritas Brasileira vem atuando desde 2018 por meio dos projetos *Pana* (2018 – 2020) e *Europana* (2019 – 2021).

A Cáritas Brasileira é uma das mais de 160 organizações que constituem a Cáritas Internacional, organização humanitária pertencente à igreja católica. No Brasil é um organismo subordinado à Conferência Nacional de Bispos do Brasil -CNBB- e possui uma rede com 182 entidades-membro.

Suas áreas de atuação são divididas em cinco eixos prioritários: Convivência com Biomas, Programa de Infância, Adolescência e Juventude (PIAJ), Economia Popular Solidária (EPS), Meio Ambiente, Gestão de Riscos e Emergências (MAGRE) e Migração e Refúgio.

A Cáritas Regional de Santa Catarina, cujo sede está localizada em Florianópolis, tem sua atuação focada nos três últimos eixos e com destacada atuação na área de migração e refúgio para qual executou projetos *Pana* e *Europana* direcionados à população venezuelana.

CONTEXTUALIZANDO A IMIGRAÇÃO VENEZUELANA

A própria condição dos sujeitos que migram é marcada majoritariamente pela vulnerabilidade econômica e social. O hábito de migrar, na maioria das vezes, não parte de uma escolha de livre e espontânea vontade, e sim como uma estratégia de sobrevivência.

E a atuação da Cáritas, é preciso destacar, está inserida em um contexto social, econômico, e até mesmo geopolítico muito maior e mais complexo, que é o cenário da atual crise venezuelana.

O país latino-americano durante décadas teve sua política econômica baseada majoritariamente na exportação de petróleo, alcançando um período de crescimento e estabilidade significativos principalmente durante a era Hugo Chávez.

Atualmente a Venezuela vive um dos períodos mais críticos de sua história, resultado de uma queda nos preços dos barris de petróleo, instabilidade política interna e, sobretudo, interferência política externa, notadamente, dos Estados Unidos da América.

A Venezuela é proprietária das maiores reservas de petróleo do mundo, enquanto os EUA são os maiores consumidores mundiais desse recurso, e seu maior importador (IBP, 2015).

Esse é o grande elo entre os dois países, o primeiro é extremamente dependente economicamente do segundo, que por sua vez, é extremamente dependente da exploração de recursos naturais de outros países para manter as engrenagens de seu sistema econômico funcionando.

Apesar da intensa relação comercial por conta do petróleo, os dois países são rivais ideológicos, e exercem oposição aberta um contra o outro.

A Venezuela defende princípios anti-imperialistas e baseados no socialismo, em completa oposição ao projeto societário capitalista adotado e representado mundialmente pelos EUA. O que torna questionável qualquer tentativa de mediação da crise venezuelana, por parte dos EUA.

Sinteticamente, a crise venezuelana pode começar a ser traçada a partir de 2011, com a constante queda nos preços dos barris de petróleo, seguido do adoecimento e poste-

rior morte do então presidente da República Bolivariana e figura política chave do país Hugo Chávez em 2013.

A Venezuela então adentrou um período de turbulência política que se arrasta até os dias atuais. Com a morte de Chávez e a eleição de seu sucessor político, Nicolás Maduro, a oposição ganhou força e representatividade no parlamento. Aproveitaram-se da insatisfação dos eleitores com os rumos da economia, o aumento da inflação e da criminalidade e sobretudo da inexperiência política de Maduro.

A oposição passou a convocar protestos nas ruas contra o governo e as políticas de Maduro, que respondeu com repressão violenta. Novas eleições ocorreram em 2018, sem a presença da oposição, e sob protestos da comunidade internacional, que apontaram para a falta de transparência do processo e sua deslegitimidade.

Em um processo controverso, até mesmo para os padrões latino-americanos, o país iniciou o ano de 2019 com dois presidentes paralelos. Nicolás Maduro foi empossado como presidente eleito na questionável eleição pelo Tribunal Superior de Justiça. Sua posse foi deslegitimada por muitos países estrangeiros, inclusive Brasil e EUA.

Juan Guaidó, deputado e presidente da Assembleia Nacional da Venezuela, autoproclamou-se presidente do país, sendo prontamente reconhecido por alguns países membros da comunidade internacional, como Brasil e EUA, como “presidente interino da Venezuela”.

Com o caos instalado, os investimentos externos no país praticamente desapareceram, e deram lugar aos bloqueios econômicos e sanções internacionais capitaneadas pelos EUA.

Um levantamento realizado pelo *Centro Estratégico Latino-Americano de Geopolítica* (CELAG) em 2019 aponta que as medidas punitivas impostas pelos EUA entre 2013 e 2017 resultaram em um prejuízo de mais de 350 bilhões de dólares e o fechamento de cerca de 3 milhões de postos de trabalho na Venezuela, que seria o equivalente a 24% da população ativa do país!

Com a eleição do conservador Donald Trump para presidente dos EUA em 2016, a retórica e as sanções intensificaram-se ainda mais, afetando diretamente o abastecimento e a saúde da população.

Ainda segundo o CELAG, em seu primeiro ano de governo Trump impôs um embargo econômico à Venezuela proibindo qualquer instituição financeira, ou transportadora, do mundo que tenha sede em solo americano de fazer qualquer tipo de transação com o Estado venezuelano. A medida provocou o desabastecimento de alimentos e medicamentos para diálise, tratamento de malária, doses de insulina, entre outros.

Esses são os fatores desencadeadores da crise humanitária que assola a Venezuela, chegaram à fronteira brasileira e hoje batem à porta do Sul do país com o processo de interiorização dos imigrantes.

Com a eleição de Jair Bolsonaro a política externa brasileira abandona de vez sua posição de mediador influente na região e ganha contornos de ator submisso aos comandos e interesses do governo estadunidense.

A estratégia também é válida para a política interna, uma vez que durante e após a campanha presidencial, o presidente eleito utilizou de uma retórica vazia, porém eficaz contra a Venezuela, contra os princípios da dita Revolução

Bolivariana, do socialismo e dos governos de esquerda que a apoiaram.

Portanto, a postura do governo do Brasil nesse momento vai além de prestar ajuda humanitária e resolver a situação na fronteira, contexto em que os programas *Pana* e *Europana* e a Cáritas estão inseridos, pois há também um projeto societário em jogo.

OS PROJETOS PANA E EUROPANA

O Projeto *Pana*, já encerrado, foi uma iniciativa executada pela Cáritas Brasileira e desenvolvido pela Cáritas Suíça com financiamento integral por parte do Departamento de Estado dos Estados Unidos da América.

Já o projeto *Europana*, ainda em execução, é um desdobramento do projeto anterior desenvolvido em parceria com a Cáritas Alemanha, Cáritas Suíça e Fundação Cáritas de Luxemburgo com o financiamento da União Europeia e apoio da Organização Internacional para Migrações - OIM.

Ambas as iniciativas possuem como objetivo contribuir para a assistência humanitária e a integração de imigrantes, refugiados e solicitantes de refúgio venezuelanos, bem como de outras nacionalidades, que se encontram em situação de vulnerabilidade social e buscam reconstruir suas vidas no Brasil. O nome dos projetos deriva de uma palavra da língua indígena *Warao*, e *pana* significa amigo, parceiro.

Aqui a Cáritas atua para auxiliar o processo de interiorização dos imigrantes, incentivado pelo governo federal visando desafogar a situação na fronteira e aliviar a região. A interiorização é coordenada pelo Exército Brasileiro por meio da Operação Acolhida, que realiza a triagem inicial na

fronteira e o transporte aéreo para diversas regiões do Brasil daqueles imigrantes selecionados para a interiorização.

Os projetos são executados por uma equipe multidisciplinar composta por profissionais de serviço social, psicologia e relações internacionais. São desenvolvidas ações como acolhimento, abrigamento, apoio financeiro (por meio de bolsas de subsistência), segurança alimentar (entrega de alimentos), educação social e inserção laboral.

O suporte é fornecido até que o imigrante e sua família conquistem autonomia e condições sustentáveis de existência, seja na capital ou no interior do estado a depender das oportunidades e ofertas de emprego.

Enquanto os bloqueios econômicos impostos pelos norte-americanos já ultrapassam os 350 bilhões de dólares (conforme o CELAG), o número de venezuelanos deslocados de seus país em razão da crise já alcançou os 4 milhões, e segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas Para Refugiados – ACNUR, no Brasil o número já está próximo dos 200 mil.

Presente em sete capitais brasileiras, o projeto *Pana* financiado com recursos financeiros da maior e mais poderosa economia do mundo, tinha como meta atender 3.500 pessoas até o seu encerramento em 2020. É um número irrisório se comparado ao valor do bloqueio imposto e o dano causado. Uma gota d'água em meio a um oceano.

Tais projetos são um exemplo das contradições existente principalmente no lócus de trabalho dos profissionais do serviço social. Nem sempre os interesses dos empregadores, ou nesse caso, financiadores, serão os melhores interesses dos usuários, ou estarão de acordo com o projeto ético-político da profissão.

Sob o domínio do capital, indivíduos e instituições estão expostos a um tensionamento constante. Sobre essa tensão, Iamamoto (2007, p.416) escreve:

[...] o projeto profissional, que afirma o assistente social como um ser prático-social dotado de liberdade e teleologia, capaz de realizar projeções e buscar implementá-las na vida social; e a condição de trabalhador assalariado, cujas ações são submetidas ao poder dos empregadores e determinadas por condições externas aos indivíduos singulares, às quais socialmente forjadas a subordinar-se, ainda que coletivamente possam rebelar-se.

É uma tensão que só tende a aumentar no futuro, pois a estratégia do Poder Público é buscar parcerias com organizações da sociedade civil a fim de terceirizar os serviços de atendimento aos imigrantes, em detrimento da construção de uma política pública.

Essa tendência demonstra claramente a intenção de desmonte das políticas sociais, apostando no voluntarismo, na caridade e nas instituições religiosas como solução, e contra qual a sociedade deve impor-se a fim de garantir a sobrevivência dos direitos conquistados.

CAPÍTULO 3

O USO DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO PARA TELEATENDIMENTO NA ATENÇÃO PRIMÁRIA DE FLORIANÓPOLIS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Por Máisa Batista de Carvalho e Rodrigo William da Silva

INTRODUÇÃO

Teleatendimento diz respeito a todo atendimento que usa de ferramentas e tecnologias da comunicação para acontecer. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS) telemedicina é “a oferta de serviços ligados aos cuidados com a saúde, nos casos em que a distância é um fator crítico”. Esses serviços são oferecidos a partir dos uso de tecnologias de informação e comunicação com o intuito de contribuir positivamente para diagnósticos, prevenção e tratamento de doenças bem como formação educacional complementar para profissionais da saúde. Em suma, “o objetivo primeiro é melhorar a saúde das pessoas e de suas comunidades” (OMS).

Enquanto o Brasil e o mundo enfrentam a catástrofe da pandemia pelo coronavírus (COVID-19), o Conselho Federal de Medicina emitiu o Ofício CFM nº 1756/2020-Cojur, de 19 de março de 2020, ao Ministério da Saúde, no qual reconhece a utilização da telemedicina, em caráter de excepcionalidade e enquanto durar as medidas de enfrentamento ao coronavírus (COVID-19). Tendo em vista este posicionamento do CFM, o Ministério da Saúde expediu a Portaria nº 467, de 20 de março de 2020, que “dispõe, em caráter excepcional e temporário, sobre as ações de Telemedicina, com o objetivo de regulamentar e operacionalizar as medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional previstas no art. 3º da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, decorrente da epidemia de COVID-19. Seguindo a linha de acontecimentos, ainda foi sancionada a Lei nº 13.989, de 15 de Abril de 2020 que autoriza o uso da telemedicina durante a crise causada pelo coronavírus (SARS-CoV-2).

A telessaúde e telemedicina tem relação íntima com os conceitos do SUS, sendo que a telemedicina possui objetivos e funcionalidades que vão de encontro aos da telessaúde. Dentro do espectro da telemedicina durante a pandemia, ainda temos os seguintes termos adotados pelo CFM: teleorientação para que profissionais da medicina realizem à distância a orientação e o encaminhamento de pacientes em isolamento; telemonitoramento ato realizado sob orientação e supervisão médica para monitoramento ou vigência à distância de parâmetros de saúde e/ou doença; e tele interconsulta: exclusivamente para troca de informações e opiniões entre médicos, para auxílio diagnóstico ou terapêutico.

Assim como o distanciamento social, o uso de máscaras, hábitos de higiene - como a utilização de álcool gel, fechamento de estabelecimentos e eventos com grande público, o isolamento e quarentena, a telemedicina é um componente essencial para o combate ao coronavírus e para manter a funcionalidade do sistema de saúde.

No que tange às questões de atendimento psicológico remoto durante a pandemia da COVID-19, a Sociedade Brasileira de Psicologia (SBP) destaca a importância de conhecer o contexto em que o sujeito está inserido, bem como o contexto de pandemia. Informar-se através dos meios de comunicação oficiais (Organização Mundial da Saúde e Ministério da Saúde) evita a propagação de *fake news* e ainda capacita os profissionais para que estes saibam identificar conceitos chaves para o atual cenário como o que é isolamento, quarentena, urgência, emergência, urgência sentida e o própria definição de atendimento psicológico online (SBP, 2020).

As diretrizes para realização do atendimento psicológico online destaca alguns pontos essenciais, sendo eles a realização dos acordos necessários com a pessoa que será atendida, da qual nos direciona que se certifique de garantir a privacidade, organizar-se antecipadamente para o atendimento online, ficar atento à questão de segurança da informação, sigilo e proteção de dados e a realização de registros documentais acerca dos atendimentos.

A partir disso, esse trabalho tem como objetivo apresentar o relato de experiência de estudantes de fases finais (estágio obrigatório) do curso de medicina e psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) acerca do

uso de tecnologias de informação para teleatendimento na atenção primária de Florianópolis.

RELATOS DE EXPERIÊNCIA

Relato do Petiano Rodrigo William da Silva com o uso da telemedicina em uma unidade básica de saúde em Florianópolis:

A minha experiência com a telemedicina teve início em meados de Agosto de 2020 no Centro de Saúde Saco Grande em Florianópolis, como acadêmico pelo estágio obrigatório (internato) do curso de graduação em Medicina.

A microárea em que atuei possui em torno de 3200 habitantes de acordo com o IBGE. Na equipe de saúde da família, haviam 3 médicos, sendo 1 deles médico de família e comunidade e 2 deles residentes em medicina de família e comunidade, 1 enfermeira, 1 técnica em enfermagem e 2 agentes comunitários de saúde.

Foram duas semanas atuando parcialmente em consultas presenciais e com teleconsultas, telemonitoramento, teleorientação e triagem que funcionava via WhatsApp.

Para filtrar a grande demanda que surgia via WhatsApp foi criado um *chatbot* onde os pacientes escreviam as suas queixas junto com nome e telefone. Essas informações eram transcritas em uma planilha e analisadas pela equipe que as organizavam de acordo com critério de gravidade. Por exemplo, uma queixa de febre era considerada mais grave que uma micose.

Há também o WhatsApp da área a qual os pacientes podem mandar mensagens e conversar com algum membro da equipe de saúde que realizará uma triagem e passará os dados desse paciente para a mesma planilha do *chatbot*.

Munidos de celulares e computadores com câmeras *webcam*, fazíamos telechamadas por vídeo ou voz para esses pacientes e assim a consulta era realizada. Foi de extrema importância o artifício da telemedicina, pois conseguimos rastrear as pessoas que queixavam-se de sintomas de síndrome gripal (como tosse, febre, coriza, dor de cabeça, dor de garganta, diarreia, etc) assim como perda de olfato (que até o momento parece ter 100% de relação com covid) e pacientes graves sofrendo de insuficiência respiratória. No caso dos pacientes com sintomas leves, conseguíamos agendar exame de teste rápido ou RT-PCR (teste que detecta o vírus na fase aguda da doença, identificando a presença do RNA do vírus SARS-CoV-2 em amostra obtida por meio de *swab* (cotonete) na mucosa nasofaringe), assim como orientar o isolamento do doente e sanar quaisquer dúvidas, além de garantir possíveis idas desnecessárias desses pacientes ao serviço de saúde e sobrecarga do sistema. Para os pacientes com sintomas graves era acionado o SAMU pela equipe que garantia o transporte seguro desse paciente assim como a vaga e o atendimento deste paciente no serviço de sintomáticos respiratórios do hospital.

Em todas as consultas realizadas de forma remota, eram realizadas anamnese registrada em prontuário, assim como a análise e o plano. O exame físico é o verdadeiro desafio da telemedicina. Apesar das dificuldades, podemos mensurar alguns parâmetros com mais segurança, por exemplo: a incapacidade de terminar frases é um sinal comum em pacientes com insuficiência respiratória que junto da contagem da frequência respiratória, ajudam a avaliar a função pulmonar.

Existia também uma agenda de telemonitoramento a qual eram realizadas ligações para os pacientes com sintomas leves a cada 2 dias para avaliar a progressão da doença, assim como reforçar os cuidados, fornecer atestados e orientações de isolamento.

O *chatbot* foi aprimorado com o tempo e também começou a possuir a opção de renovação de receitas. Lembrando que há um grande volume de pacientes com comorbidades tais como diabetes, pressão alta e transtornos psiquiátricos, que necessitam de medicações de uso contínuo.

Relato da petiana Maísa Batista de Carvalho com o uso do teleatendimento psicológico à pessoas transgêneros que estavam em atendimento médico em unidades básicas de saúde em Florianópolis:

A minha experiência com teleatendimento psicológico teve início a partir de outubro à dezembro de 2020 e consistiu em atender pessoas transgêneros vinculadas ao Ambulatório Trans - projeto que aconteceu em algumas unidades básicas de saúde aqui em Florianópolis e que busca atender à população trans no período noturno (considerando algumas especificidades).

Os atendimentos eram categorizados como acolhimentos e pela impossibilidade de estarmos presencialmente nos Centros de Saúde, eles aconteciam a partir de ofertas feitas pelos médicos nas consultas ou quando alguma das pessoas atendidas pelo ambulatório solicitava atendimento psicológico.

A frequência dos encontros se deu semanalmente e pude identificar que as pessoas atendidas se implicaram no processo terapêutico. Eram assíduas nos encontros, traziam reflexões e pontuações sobre os temas discutidos nos encontros bem como aplicação do que era discutido no seu dia a dia da forma que fazia mais sentido para elas.

Como os atendimentos faziam parte do estágio obrigatório previsto no cronograma da minha formação enquanto futura psicóloga, estive em todos os momentos muito bem amparada tanto em âmbito acadêmico (UFSC) quanto no âmbito local. Foram realizadas inúmeras orientações a qual havia discussão dos casos atendidos, leituras e discussão de textos que abordavam as temáticas que estávamos lidando, bem como nossas experiências em relação às potencialidades e limitações do teleatendimento. Como potencialidade destacou-se a questão da expansão e facilidade de acesso aos atendimentos a quem não poderia se locomover para atendimento presencial (mesmo em cenários onde a COVID-19 não estava presente) e como limitação destacam-se a qualidade de conexão via internet bem como a falta de um espaço privado onde a pessoa atendida teria liberdade para falar a vontade, fatores estes que impossibilitaram que o atendimento acontecesse em determinados momentos sendo necessário a remarcação.

CONSIDERAÇÕES

De modo geral destacam-se como potencialidades do teleatendimento a facilidade de acesso, redução de custos e maior comodidade para os pacientes, porém a grande vantagem no contexto da pandemia é a redução do número de pessoas circulando em ambientes públicos e hospitalares, diminuição do risco de contágio, alcançar pessoas em

localidades de difícil acesso e desocupar leitos hospitalares. Viabiliza, ainda, que pacientes com comorbidades tenham atendimento médico e psicológico sem se expor a ambientes potencialmente contagiosos.

Além disso, as triagens e atendimentos virtuais, seja por chamada de telefone ou chamada de vídeo, permite ao médico rastrear casos graves - encaminhando-os ao hospital, e monitorar casos leves, moderados e assintomáticos - mantendo os doentes em casa, fora do ambiente hospitalar, evitando a sobrecarga do serviço de saúde e diminuindo a contaminação e a propagação da doença com idas desnecessárias ao hospital.

Entretanto, ressalta-se a importância de não interromper o atendimento às demandas não-covid. Há pacientes com doenças crônicas, como hipertensão arterial, transtornos psiquiátricos, cardiopatias, doenças respiratórias crônicas e diabetes, que são fatores de risco para o desenvolvimento dos quadros graves da COVID-19 e que necessitam de cuidados e acompanhamento. A teleorientação e o telemonitoramento contribuíram positivamente na continuidade do cuidado desses pacientes, ademais na renovação de receitas, pedidos de exames e emissão de atestados, reduzindo de forma importante a circulação de pessoas nas unidades de saúde, mantendo o distanciamento social e a redução da extensão de casos da doença.

No que tange ao atendimento médico, destacou-se a relação médico-paciente diante do teleatendimento, bem como estabelecer de forma mais clara e eficaz os princípios éticos que devem ser estabelecidos diante de uma teleconsulta. Deve-se existir o respeito à privacidade e confidencialidade, segurança das informações e responsabilidade. A questão financeira também é outro ponto, o investimen-

to em equipamentos e treinamento de profissionais é de suma importância.

Por fim, ainda que tenhamos algumas limitações como dificuldades técnicas e dificuldades de acesso à internet em áreas remotas, consideramos a experiência com o teleatendimento de extrema importância para a nossa formação, além de ferramenta essencial para o combate ao coronavírus.

CAPÍTULO 4

ALTERNATIVA DE CUIDADO COLETIVO EM SAÚDE MENTAL EM UM CAPS II DE SANTA CATARINA DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19: GRUPOS VIRTUAIS

Por Beatris Cristina Badia e Luana Trevisan

INTRODUÇÃO

A COVID-19 tem forçado os países e seus serviços de saúde em nível mundial a despendar esforços em organizar-se para atender a alta demanda por ocorrências de contaminação, além de seguir absorvendo as demais demandas em saúde. Somente no Brasil, no momento em que foi escrito este relato, já foram ultrapassados mais de 5 milhões de infectados, e mais de 55 milhões no restante do mundo (OMS, 2020). O alto índice de contaminação acarreta na sobrecarga do sistema de saúde, que já vinha enfrentando dificuldades em seu funcionamento por conta da precarização e redução acelerada de investimento nas políticas de saúde, o que traz consequências tanto para a população em geral quanto para os trabalhadores desses serviços. Além disso, considerando as restrições estabelecidas pela

Lei Federal Nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 (BRASIL, 2020), o protocolo determinado de quarentena, que visa o distanciamento social para diminuir as possibilidades de contágio, implicou em muitas mudanças na saúde pública e nos demais setores. Dessa forma, a pandemia da COVID-19 gerou grandes desafios para campos como o da saúde mental, fazendo com que os trabalhadores e trabalhadoras dos serviços em qualquer lugar da rede tenham que reinventar seus processos de trabalho e de atendimento aos usuários.

O Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) se configura como um serviço público da Secretaria Municipal de Saúde que oferece acompanhamento psicossocial realizado por uma Equipe Multiprofissional e atende adultos com transtorno mental severo e persistente com comprometimento grave, buscando fortalecer e preservar os laços sociais e os cuidados de saúde do usuário em seu território. Além de atendimento clínico e individual, o serviço envolve no seu funcionamento a promoção de ações e modalidades de atendimento coletivas (grupos, oficinas, reuniões, assembleias). O cotidiano dos trabalhadores, usuários e familiares é atravessado pelos processos coletivos, parte fundamental na produção do cuidado em saúde mental de um CAPS. Isso coloca uma importante questão no trabalho da equipe: como articular o cuidado em saúde mental territorializado e coletivo em um momento em que se faz necessário o distanciamento social durante a pandemia? A partir dessa questão, novas estratégias tiveram de ser pensadas e articuladas pela equipe juntamente com estagiários e colaboradores do serviço.

Este relato de experiência tem como objeto a discussão da utilização de grupos virtuais como uma alternativa para o

cuidado coletivo em saúde mental em um Centro de Atenção Psicossocial do tipo II no estado de Santa Catarina durante a pandemia da COVID-19.

PERCURSO METODOLÓGICO

CONTEXTO INSTITUCIONAL

Trata-se de um relato de experiência elaborado a partir da vivência de duas estudantes de psicologia em estágio não-obrigatório em um CAPS II do estado de Santa Catarina. Conta com uma equipe multiprofissional trabalhando, excepcionalmente neste período, em duas modalidades distintas: presencial e teletrabalho. Tal equipe é composta por um total de 15 funcionários, sendo eles: duas enfermeiras, uma das quais coordenadora; dois psiquiatras; três psicólogos; duas técnicas de enfermagem; uma assistente social; três técnicos administrativos e duas estagiárias de psicologia. Desse total, 10 se encontram trabalhando presencialmente e 5 em teletrabalho. Além disso, este é um CAPS Escola, portanto residentes e outros estagiários circulam periodicamente pelo serviço. Sendo o único CAPS do tipo II que atende adultos portadores de transtornos mentais graves e persistentes na cidade, abrange todo o território, atendendo uma população de mais de 500 habitantes.

Conforme a Portaria nº 336 de 19 de fevereiro de 2002 (BRASIL, 2002), os CAPS do tipo II tem capacidade operacional para atendimento em municípios com população entre 70.000 e 200.000 habitantes, o que não é a realidade atual do território atendido - para o contingente populacional caberia o funcionamento de um CAPS na modalidade III na cidade. Em conformidade com as diretrizes da Portaria de Consolidação nº 3 de 28 de setembro de 2017

(BRASIL, 2017) e orientado pelos preceitos da Reforma Psiquiátrica Brasileira, este CAPS atua em uma perspectiva territorializada, preconizando o cuidado em liberdade e a inclusão social.

Por ser um CAPS II, o serviço funciona de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h. No entanto, durante a pandemia, devido à redução de recursos humanos trabalhando de forma presencial, houve redução de carga horária, inicialmente passando a encerrar o turno às 17h. Posteriormente, visto a nova redução de recursos humanos por afastamentos devido a motivos de saúde, exonerações ou remanejamento de lotação, com a falta de reposição desses profissionais, o CAPS passou a funcionar até às 15h.

Fazem parte do cotidiano de um CAPS uma quantidade expressiva de atividades e espaços coletivos, dentre eles oficinas terapêuticas, grupos, assembleias, reuniões de associação de usuários, reuniões semanais de equipe, reuniões multiprofissionais de referência, espaços de socialização e eventos. Há uma centralidade no papel dessa modalidade de atendimento e atividades para o funcionamento de um serviço como esse. Priorizaremos a discussão acerca dos grupos e oficinas terapêuticas.

PROCEDIMENTOS

Os grupos virtuais iniciaram em junho de 2020 por uma articulação dos profissionais do CAPS, que foi fortalecida a partir de agosto do mesmo ano pelos estagiários de psicologia que cumpriam estágio obrigatório no referido serviço e que possuíam vínculo com duas universidades da cidade. A proposta era de que, a partir dos grupos que anteriormente aconteciam de forma presencial, fosse possível

convidar estes usuários para que tentassem participar dos grupos virtuais. No total, houveram onze grupos virtuais: Grupo de Alongamento; Grupo de Yoga; Somos Tão Jovens; Tamo Junto; Roda de Conversa (escrita, foto, poesia); Conte Você; Grupo de Música; Meditação Guiada; PODCAPS; Ateliê; e Grupo Mulheres Fortes. Destes, cinco ocorriam anteriormente em modalidade presencial, os outros foram propostos por estagiários, colaboradores e trabalhadores do serviço.

Para execução dos grupos, foram utilizadas duas plataformas virtuais gratuitas: o WhatsApp e o Google Meet. Para cada uma houveram funções distintas. No WhatsApp foram criados grupos para serem direcionados os que viriam a ser os participantes, além de possibilitar que os coordenadores enviassem informações como: lembrete de horários, informações e o link da chamada para participação no espaço proposto de cada semana, no dia e horário estipulados. O Google Meet foi utilizado para realização das chamadas virtuais, suportando a veiculação de imagem e som dos participantes simultaneamente. Essas chamadas foram sendo criadas e o endereço eletrônico enviado semanalmente aos participantes. Para utilizar este aplicativo é necessário o download no celular, sendo assim, os estagiários de psicologia elaboraram um vídeo informativo sobre como realizá-lo e acessá-lo, e o enviaram para todos os novos participantes, com o objetivo de que estes tentassem realizar o processo por conta própria. Posteriormente foi feita a verificação daqueles que não conseguiram obter acesso ao aplicativo, para então serem auxiliados antes ou durante o encontro virtual.

PARTICIPANTES

No primeiro momento, foi feita uma articulação com a associação de usuários e familiares, solicitando que um convite fosse feito aos interessados a participarem dos grupos existentes, pois houve baixa adesão aos grupos virtuais nas primeiras semanas. Os participantes iniciais foram usuários que já estavam em intensificação de cuidados no CAPS, que já participavam de atividades coletivas e tinham acesso ao celular e à internet. A partir do inchamento desses grupos, passou-se a considerar esta modalidade de atividade como componente a integrar o Projeto Terapêutico Singular (PTS) de cada usuário, conforme a proposta de cada grupo. Dessa forma, usuários que iniciaram acompanhamento durante a pandemia foram encaminhados a estes, caso tivessem essa disponibilidade, interesse e acesso.

DISCUSSÃO

As atividades realizadas de forma coletiva no CAPS (oficinas terapêuticas, grupos, saraus, shows, piqueniques, etc.) fazem parte do Projeto Terapêutico Singular e são geralmente consideradas essenciais, pois possibilitam um dos principais objetivos do tratamento em saúde mental: a socialização e o cuidado em liberdade; os usuários, além de participarem dessas atividades coletivas, também as organizam. Os profissionais, estagiários,icineiros e monitores auxiliam nessas atividades que tem como foco priorizar o desejo e interesse dos usuários partindo do que é de fato possível dentro do serviço, pois depende de estrutura, materiais, alimentação, formação, etc. Essas dinâmicas são capazes de auxiliar o desenvolvimento do exercício da cidadania, habilidades corporais e intelectuais, integração entre usuários, familiares e comunidade

em geral (pois os eventos podem ser abertos ao público) e também possibilitar a circulação da fala e a escuta sem julgamentos (BRASIL, 2004).

No primeiro momento, foi difícil compreender que papel os grupos virtuais ocupariam no serviço, afinal, eles não apareceram como substitutos aos grupos e oficinas presenciais, mas como atividades temporárias durante o isolamento social. Naquele momento ainda estava muito incerto o futuro das atividades presenciais, mesmo com a orientação municipal de suspensão das atividades coletivas presenciais e com o conhecimento por parte da equipe de que a pandemia provavelmente se estenderia por bastante tempo. Dessa forma, levou algum tempo para que esses grupos fossem incluídos de forma orgânica ao PTS dos usuários.

Conforme Grigolo et. al (2015, p. 54), compreende-se o PTS como uma tecnologia para a gestão do cuidado.

Um Projeto, pois se trata de uma construção inacabada, aberta a provisoriedade e reconfigurações. Terapêutico, uma vez que experimenta o cuidado como uma construção de sentidos de práticas de saúde. Singular, porque se refere ao sujeito/família na produção do cuidado de si. Essa tríade (Projeto/Terapêutico/Singular) possibilita uma prática colaborativa, participativa, formativa e compartilhada entre a pessoa em sofrimento psíquico, seu técnico de referência e demais profissionais de acordo com as suas necessidades e demandas.

Com a pandemia e o conseqüente impedimento da realização dos grupos e oficinas presenciais, o PTS dos usuários em acompanhamento sofreu alterações em decorrência de diversas das atividades integradoras terem sido suspen-

sas. Conforme as “Recomendações e Orientações em Saúde Mental e Atenção Psicossocial na COVID-19” da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ, 2020, p.120) os “grupos de apoio virtual podem auxiliar no processo de estabilização emocional e no reenquadramento de projetos e planos”, dessa forma, a adoção dos grupos virtuais como possível componente a integrar o PTS surge da elaboração da equipe de que, neste momento atípico, havia que se trabalhar com as condições dadas, compreendendo que a necessidade do distanciamento social duraria um longo período. Essa decisão, corrobora com a noção apresentada acima - o PTS é uma construção inacabada, necessitando de atualizações e replanejamento - mas acaba por ser também uma decisão ética em relação a não deixar os usuários sem uma alternativa e distantes do serviço, considerando que para muitos, o CAPS ocupa um lugar essencial em suas vidas.

Pôde-se notar que, os grupos virtuais em andamento, ainda que contando com a participação dos usuários, não representaram uma substituição da função e significado a qual as atividades coletivas ocupavam no vínculo entre usuário e serviço. Esse fato ficou explícito em diálogos comuns no decorrer de todos os meses, na recepção do serviço; em acolhimentos; nos grupos virtuais e atendimentos individuais: “Quando que o CAPS vai reabrir? - O CAPS está aberto. - Ah sim! Quero dizer, quando voltam os grupos presenciais?”. Diálogos nesses moldes ocorreram repetidas vezes, sempre em tom saudosista em relação aos encontros dos usuários.

Ao longo dos anos o CAPS construiu uma importante identidade associada às atividades coletivas, revelando-se um espaço que promove a interação e socialização - um lugar em que os usuários podem ser quem são sem julgamen-

tos, podendo encontrar pessoas com histórias parecidas com as suas ou não, e a partir disso poder olhar para si. Dessa forma, os grupos terapêuticos, assim como as oficinas terapêuticas, acabam sendo importante instrumento de (re)socialização e reabilitação psicossocial (AZEVEDO E MIRANDA, 2011), de forma que, nesses espaços “a circulação da palavra possibilita a criação de um novo sentido para si mesmo” (BROIDE et. al., p.77).

Cabe também indicar que a modalidade virtual colocou várias limitações, tanto para as possibilidades de trabalho quanto para os usuários. Ao iniciarmos a proposta, verificou-se que muitos não tinham como participar pois não dispunham de acesso à internet em casa, ou de celular. Outros, que conseguiam acesso à internet somente através de pacote de dados móveis, não conseguiam participar o mês todo das atividades, pois o consumo de dados em chamadas virtuais é alto. Nessa questão, houve uma atuação extremamente importante da associação de usuários. Conforme Habermas (1990 apud Cunha et. al, 2015, p. 519) “as associações não representam simplesmente seus associados, um grupo privado, elas exercem papel público ao defenderem bens públicos”. Cunha et al (2015, p. 519) indicam que “o papel das associações apresenta uma perspectiva emancipatória” e, por isso, os associados, em conjunto com apoiadores, voltaram seus esforços na elaboração de um projeto de inclusão digital, que já teve significativos avanços até o momento. Pretendemos abordar este tema em outro trabalho.

Segundo FioCruz (2020, p.33),

é fundamental dispor de serviços de atenção psicossocial e saúde mental (on-line ou presencial) nos Centros de Atenção Psicossocial e outros dispositivos da rede onde os usuários já

estejam sendo cuidados e também que estejam aptos para acolher novas situações de crise.

Por vezes a dificuldade de acesso se deu devido à impossibilidade subjetiva dos usuários em acessar salas virtuais, seja pela gravidade do sofrimento psíquico, seja devido à características intrínsecas à alguns quadros como, por exemplo, as psicoses.

Neste mesmo trabalho produzido pela FioCruz (2020, p.23), é pontuado sobre estratégias de cuidado psíquico em situações de pandemia como a importância em

investir em exercícios e ações que auxiliem na redução do nível de estresse agudo (meditação, leitura, exercícios de respiração, entre outros mecanismos que auxiliem a situar o pensamento no momento presente, bem como estimular a retomada de experiências e habilidades usadas em tempos difíceis do passado para gerenciar emoções durante a epidemia).

Os grupos de Alongamento, Yoga e Meditação Guiada, tiveram foco nessas práticas corporais, desenvolvendo atividades que auxiliassem os usuários a movimentar o corpo ou ensinando técnicas de relaxamento e meditação que contribuíssem na melhora do sono e na amenização de sintomas de ansiedade e depressão.

Já os grupos Somos Tão Jovens; Tamo Junto; Roda de Conversa; Conte Você; Grupo de Música; PODCAPS; Ateliê e Mulheres Fortes tiveram o caráter de espaço de elaborações, fala e escuta, utilizando-se ou não de recursos mediadores como música, escritos, poesias e temas diversos, possibilitando o amparo mútuo e construção de estratégias de enfrentamento para o sofrimento entre os usuários, além de intervenções dos coordenadores grupais. Durante a pande-

ma, os atendimentos psicossociais requerem atenção em relação ao manejo, principalmente no formato virtual, havendo a necessidade de entender a diferença entre reações esperadas em eventos pandêmicos e indicadores de risco, tais como sintomas persistentes; complicações associadas (por exemplo, conduta suicida); comprometimento significativo do funcionamento social e cotidiano; depressão maior/ unipolar; psicose; transtorno de estresse pós-traumático ou mesmo manifestação de sofrimento agudo intenso. Esses indicadores demonstram a necessidade de atenção especializada, demandando atendimento presencial em alguns momentos (FIOCRUZ, 2020, p. 55).

Ao encerrar o semestre letivo dos estagiários, fez-se um diálogo entre os coordenadores dos grupos e profissionais, promovendo uma avaliação sobre o trabalho realizado. Foram levantados os desafios e as possibilidades dessa estratégia de cuidado coletivo, tecendo contribuições e experiências vivenciadas ao longo dos meses, que se configuraram em pontos importantes para a continuidade do trabalho de forma virtual até que seja possível o retorno das atividades de forma presencial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presença da modalidade virtual perpassou o cotidiano dos usuários do CAPS não somente neste serviço, mas também para acesso a benefícios governamentais que se deram através de aplicativos, agendamentos de perícias do INSS, atendimento nos centros de saúde, entre outros. Em consequência, muitas pessoas com dificuldade de uso ou acesso às ferramentas virtuais tiveram de se adaptar a essa nova realidade.

No entanto, apesar das dificuldades enfrentadas, os grupos virtuais puderam, neste período de impossibilidade de realização de atividades coletivas presenciais, contribuir para promover a socialização entre usuários de forma segura. Representaram também um espaço de circulação da fala, servindo como amparo e suporte em momentos difíceis, tendo em muitos momentos efeitos terapêuticos; além de promover o estímulo de algumas atividades, como yoga, meditação e alongamentos.

Por fim, ressalta-se que o papel do CAPS vai muito além do tratamento tal como acontece nos hospitais psiquiátricos - associado unicamente ao uso de medicamentos ou de atendimentos individuais - mas que possibilite justamente a diminuição no número de internações e maior adesão ao tratamento que conta com a participação assídua de quem realmente se beneficia dele: os usuários.

CAPÍTULO 5

PERMANÊNCIA ESTUDANTIL: A ESTRATÉGIA DE (DES) ENFRENTAMENTO ADOTADA PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA FRENTE A PANDEMIA DO COVID 19

Por Matheus Dias da Silva

Ações afirmativas são políticas públicas voltadas para áreas sociais e comprometidas com o reparo da cidadania de determinados grupos historicamente oprimidos (COSTA, 2010). No decorrer da história do Brasil alguns grupos sociais foram ativamente excluídos pelo estado de garantias sociais que hoje são consideradas universais; sendo uma dessas garantias a educação. Nesse sentido, as ações afirmativas são um instrumento para a reparação de desigualdades historicamente atribuídas que levaram à marginalização de populações como a população negra.

Em diversos momentos no decorrer da história do Brasil, o Estado teve um papel importante para impedir de forma ativa, por meio de leis, que pessoas negras possuíssem

acesso ao ensino. Um desses momentos é exemplificado com a constituição de 1824 que proibia a presença de não brasileiros na escola, excluindo assim, escravos africanos. Outro exemplo é a Reforma Couto Ferraz (decreto de lei nº 1.331, de 17 de fevereiro de 1884), que impedia a admissão de escravos e decidia que a educação de negros adultos só aconteceria mediante a disponibilidade de professores.

É muito importante lembrar que esses mecanismos de exclusão geridos pelo estado não são pontuais e mesmo após a abolição da escravidão o acesso de pessoas negras ao ensino não é ampliado, sendo que somente na década de 1980 a discussão sobre a educação passa de uma ideia universalista, que consistia na proposta de dar a mesma chance a todos igualmente, como o aumento de vagas no ensino básico, que não atendia a grande parcela da população negra, para uma ideia de ação afirmativa, com o reconhecimento histórico da necessidade de políticas públicas voltada para a população negra e indígena; como demonstra Cury:

“Desse modo, as políticas públicas inclusivas corrigem as fragilidades de uma universalidade focalizada em todo e cada indivíduo e que, em uma sociedade de classes, apresenta graus consideráveis de desigualdade. Nesse sentido, as políticas inclusivas trabalham com os conceitos de igualdade e de universalização, tendo em vista a redução da desigualdade social” (Cury, 2010).

Este capítulo tem por finalidade dar um exemplo contemporâneo de medida institucional que ativamente interfere no acesso de populações historicamente marginalizadas a educação. Para tanto nos debruçamos em como a Universidade Federal de Santa Catarina lidou com a problemática da permanência estudantil durante as

reuniões de seu Conselho Universitário no planejamento de retorno as atividades após suspensão devido a pandemia de COVID 19 no ano de 2020.

UFSC NA PANDEMIA

Devido a situação epidemiológica de transmissão comunitária do SARS-COV-2, as atividades de ensino e administrativas foram interrompidas no dia 16 de março pela portaria normativa 353 na Universidade Federal De Santa Catarina.

O cancelamento repentino e necessário das atividades na universidade colocou em evidência o abandono institucional e governamental em relação às políticas de ações afirmativas nas universidades públicas brasileiras. Com a suspensão das atividades presenciais na UFSC, o abismo social que existe entre os estudantes da instituição se mostra crônico ao evidenciar estudantes que passam a ter um déficit alimentar com o fechamento do Restaurante Universitário e que tentam permanecer na universidade em contrapartida a toda burocratização e escassez dos recursos para a permanência estudantil.

O cenário de falta de financiamento das políticas de ações afirmativas ficou ainda mais evidente na crise social trazida pelo COVID-19, de modo que o Programa Emergencial de Apoio ao Estudante oferecido pela reitoria (Edital 5/2020/PRAE, que regulamenta o pagamento de R\$200,00 aos estudantes com Isenção no Restaurante Universitário) também se mostra insuficiente: segundo o Dieese¹ - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos -, Florianópolis é a terceira capital brasileira com itens de cesta básicos mais caros, tendo seu valor em torno de R\$ 517,00.

Na ausência de maior financiamento estatal e gerenciamento institucional de programas mais efetivos para a proteção dos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, surgiu como iniciativa independente dos alunos da UFSC a Frente Estudantil pela Segurança Alimentícia (FESA), objetivando a arrecadação e a distribuição de alimentos para os estudantes que necessitarem dessa assistência.

No dia 17 de julho de 2020 ocorreu a sessão extraordinária do Conselho Universitário (Ata n12 de 2020) realizada para a apreciação do relatório final da Comissão nomeada pelo Conselho Universitário que versava sobre o retorno das atividades acadêmicas regulares na universidade, abordando questões administrativas de vários eixos, sendo um deles a permanência estudantil.

Dentre os 94 itens apresentados originalmente pela comissão, os itens 13 e 15 são de maior interesse para a determinação de como a Universidade lidaria com a Permanência Estudantil. O item 13 é apresentado como um artigo acerca das responsabilidades da UFSC e item 15 se refere a um inciso desse artigo sobre o estabelecimento de políticas de apoio ao acesso de atividades pedagógicas não presenciais por meio da Pró Reitoria de Assistência Estudantil (PRAE).

O item 13 é originalmente apresentado da seguinte forma:

“Art. 4º São responsabilidades da UFSC:”

Seguindo-se a seguinte proposta de destaque:

“Art. 4º UFSC compromete-se em reiniciar as atividades de ensino não presencial do semestre 2020.1 apenas quando estiverem asseguradas a infraestrutura tecnológica necessária e a capacitação de estudantes e docentes.”

Em regime de votação, foram obtidos 30 (trinta) votos para o texto original e 29 (vinte e nove) votos para o texto do destaque, havendo a aprovação do texto original.

A votação do item 13 é de interesse de toda a universidade por condicionar o retorno das atividades de ensino à garantia de recursos de infraestrutura a todos os estudantes. Historicamente nas universidades brasileiras as pautas de permanência estudantil são geridas majoritariamente por estudantes que pertencem aos grupos sociais a quem essas políticas são dirigidas. A aprovação da proposta de destaque desse item permitiria a UFSC a ampliação de suas políticas de permanência e a democratização do debate de modo a atingir outros estudantes que não estão próximos a discussão normalmente.

É importante ressaltar que antes da votação do item 13 já haviam sido votadas questões que possuíam impacto direto na relação do estudante com a universidade e que por consequência podiam afetar aspectos da permanência estudantil. Dentre os itens que já haviam sido votados e aprovados estão: a autorização de realização de avaliação síncrona, controle de frequência, a não obrigatoriedade em gravar as aulas e a permissão para que atividades síncronas possam ultrapassar 50% da carga horária da disciplina.

Logo, pode-se dizer que foi votado no Conselho Universitário um projeto preocupado em manter exigências meritocracias independentemente da pouca assistência disponibilizada aos seus estudantes ou daqueles que não possuiriam condições de iniciar o ensino remoto.

Já o item 15, inciso do artigo anterior, é apresentado da seguinte forma:

“Inciso II: Por meio da Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (PRAE), estabelecer políticas de apoio ao acesso às atividades pedagógicas não presenciais visando atender a todos os estudantes.”

A proposta de alteração para o item 15 consistia em:

“Inciso II: Por meio da Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (PRAE), estabelecer políticas de garantia ao acesso às atividades pedagógicas não presenciais visando atender a todos os estudantes e assegurar medidas que garantam a permanência estudantil e a necessidade de atualização dos levantamentos e de medidas pró ativas no contato com os estudantes de forma a envolvê-los no novo levantamento, com especial atenção a estudantes do campo, indígenas e quilombolas.”

Em regime de votação o texto original recebeu 12 (doze) votos e o texto do destaque 48 (quarenta e oito) votos, sendo este aprovado.

Confrontando as duas versões do inciso há alguns pontos a serem observados. O primeiro deles é a diferenciação que é feita entre “apoiar o acesso” e “garantir o acesso”, sendo este último um indicativo de política mais firme. A noção de que a permanência estudantil precisa ser garantida e a importância da atualização dos levantamentos de dados das necessidades dos estudantes surgem como um posicionamento mais firme da instituição em relação as ações afirmativas. Entretanto não houve mudanças significativas nos programas de permanência oferecidos pela UFSC e mesmo após um semestre inteiro de ensino remoto, não foram feitas as atualizações dos levantamentos mencionados no inciso.

É importante que seja pontuado que o Diagnóstico Institucional realizado pela UFSC com o intuito de levantar as necessidades da comunidade acadêmica (estando inclusos docentes, discente e servidores) para a retomada de atividades foi realizado e divulgado antes da reunião do CUN do dia 17 de julho de 2020. Um dos resultados obtidos com o levantamento foi o de que 38,34% dos estudantes participantes possuíam renda familiar per capita de até um salário mínimo, sendo que destes, 10,17% possuíam a renda per capita menor que 50% de um salário mínimo, na época correspondente a R\$ 1.045,00 (um mil e quarenta e cinco reais)

Crises econômicas afetam diretamente a execução de políticas de ações afirmativas, logo é de se esperar que a pandemia de COVID 19 tenha surtido efeitos na relação dos estudantes com as universidades brasileiras, que já passavam por um processo de desfinanciamento massivo nos últimos anos

É necessário o reconhecimento de que a falta de financiamento nas Universidades Federais integra um projeto político posto em prática há anos que se deu principalmente pelos cortes de verba de 2014 e pela Emenda Constitucional 95 do ano 2016, esta última que delimita o teto de gastos em educação e outras áreas essenciais. Nesse contexto, as políticas de permanência estudantil em todo o país têm se mostrado progressivamente deficitárias, tendo em vista que sua oferta não aumenta proporcionalmente à quantidade de novos alunos que delas necessitam.

Temos, portanto, um cenário de pouca viabilidade política para o crescimento das medidas de assistência estu-

dantil num contexto nacional que é agravado pela pandemia. Assim como temos um corpo universitário que aprova medidas de cunho essencialmente meritocrático para uma retomada das atividades. Esses dois pontos se complementam na medida em que pensamos a universidade como um ambiente excludente.

Por outro lado, as ações afirmativas e sua ampliação, surgem na história recente do Brasil como uma tentativa de se propor uma universidade num modelo mais democratizado e que para isso leve em conta o aumento das condições de permanência estudantil para estudantes cotistas de modo proporcional ao aumento do acesso desses estudantes na universidade.

Quando refletimos que o sistema educacional brasileiro já possuiu normas que proibiam que pessoas negras e indígenas tivessem acesso a educação formal, estamos falando de um sistema educacional estruturalmente racista, meritocrático e excludente. De modo que se faz necessário que esses grupos sejam ouvidos de forma mais séria pelas autoridades das universidades, em contrapartida ao modo que foi conduzido o processo de retomada das atividades na Universidade Federal de Santa Catarina em 2020.

Se faz necessário um estudo amplo que analise como as universidades federais brasileiras lidaram com a permanência estudantil durante a pandemia do COVID 2019, os de modo que se possa mensurar a nível nacional os passos que precisam ser seguidos rumo a uma universidade cada vez democratizada.

CAPÍTULO 6

INTENSIFICAÇÃO DA PRECARIZAÇÃO DO ENSINO BÁSICO EM TEMPOS DE PANDEMIA

Por Caroline Dildey

INTRODUÇÃO

Desde o início de 2020, vivencia-se uma pandemia de grandes proporções que vem atingindo o mundo todo, com milhões de mortos, colapso dos sistemas de saúde, altas taxas de desemprego, queda dos salários, aumento do preço de produtos básicos para a manutenção da vida, dentre outros fatores que jogam milhões de pessoas para a miséria e a insegurança no que tange as características mais básicas para a sobrevivência digna.

Esses problemas não são frutos da pandemia pois já ocorriam anteriormente, o Covid-19 só trouxe o aprofundamento de uma crise sistêmica do capital que já estava em curso, demonstrando de forma mais nítida as debilidades das condições de vida dentro do sistema capitalista. No Brasil, esse nível de precarização da vida já se manifestava através de reformas que retiraram em grande medida os

direitos mais primordiais da população, como a Reforma da Previdência, a Reforma Trabalhista e a Emenda Constitucional 95, que institui o congelamento de investimentos em áreas básicas como a saúde e a educação.

A nível estadual houve uma política de combate ao Covid-19 alinhada à política federal: com descaso, falta de planejamento e a perda de muitas vidas em detrimento do lucro das grandes corporações. As medidas de isolamento foram afrouxadas por inúmeras vezes pela justificativa de que a economia não poderia ser sacrificada por conta da pandemia, e tudo isso posto conjuntamente com o insuficiente auxílio emergencial, obrigou com que milhões de pessoas se expusessem a um grande risco para sustentarem a si mesmas e as suas famílias.

Diante desta situação, deve-se tomar cuidado para não recair no discurso de que as mortes causadas pela pandemia são inevitáveis e que politicamente não havia mais nada que poderia ser feito, ao contrário, vive-se hoje no Brasil um projeto político genocida e protofascista, que intencionalmente coloca a integridade da população em risco, principalmente os setores mais marginalizados da classe trabalhadora, como a população negra e periférica, que além de sofrer a ausência de políticas públicas eficazes para manutenção da seguridade social na pandemia, ainda se depara com a extrema violência do estado através da política de combate às drogas, que tem matado inúmeros jovens nas comunidades e favelas de nosso país. Tudo isso demonstra os grandes desafios que se colocam nessa conjuntura e escancaram o acirramento da luta de classes, que tem ocorrido de forma cada vez mais evidente em todos os âmbitos da vida.

A característica conjuntural pandêmica traz o enfoque para a área da saúde pública, principalmente pela negligência do país em acordos internacionais para a compra da vacina, ou até mesmo pelos conflitos diplomáticos com países que possuem os insumos necessários para a fabricação da vacina no Brasil, como no caso da China. Mas ainda que a saúde seja o enfoque central, a pandemia, em consonância com o projeto político neoliberal, tem modificado profundamente todos os aspectos da vida, como é o caso da educação, que vem sofrendo inúmeras modificações.

O gerenciamento da pandemia no Brasil e as medidas de contenção não tem ocorrido de modo responsável, fazendo com que tenha um grande atraso para controlar a pandemia e conseqüentemente, voltar a ter condições de vida minimamente “normais”. Isso faz com que o empresariado pressione o Estado para que seja instaurada uma “nova normalidade”, forçando o retorno de várias atividades. Neste cenário político desolador, é sabido que o direcionamento dado às políticas educacionais intervêm diretamente no controle da pandemia, pois o retorno precoce das aulas causaria a transmissão do vírus em proporções muito maiores. Mas para além disso, é importante pensar em que medida as modificações causadas pelo Covid-19 na educação básica aprofundam desigualdades que já estavam colocadas através da inserção dos interesses privados na educação pública.

A partir dessas questões, este artigo busca demonstrar em que medida a intensificação da precarização da educação básica tem ocorrido na pandemia, principalmente em relação ao processo educacional em que os estudantes são submetidos e as condições de trabalho dos trabalhadores da educação, obrigados a aderirem ao ensino remoto

mesmo com tantas barreiras materiais que se colocam neste processo. Também será abordado quais são os organismos que se beneficiam com a precarização da educação básica e como estes se inserem no ensino público.

AS IMPLICAÇÕES DO ENSINO REMOTO PRECARIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO

Desde março de 2020 as aulas presenciais da rede básica foram suspensas pela emergência que a pandemia trouxe ao país e em abril do mesmo ano foi publicada a Medida Provisória nº. 934 que desobriga o cumprimento de 200 dias letivos, mas que manteve a necessidade de cumprimento das 800 horas que costumam ser exigidas. Com este cenário, houve um rápido processo de flexibilização da entrada de grandes corporações privadas na educação pública, que já estavam inseridas nessa modalidade de ensino, mas que viram na pandemia uma oportunidade de avanço dentro da modalidade de ensino remoto na rede básica.

Esse processo de inserção do ensino remoto foi colocado de modo verticalizado, não respeitando os princípios da Lei de diretrizes e bases da educação nacional (LDB) que prevê a gestão democrática da educação, ignorando assim todas as contribuições que a comunidade escolar, organizações políticas e a sociedade como um todo poderiam ter em relação às modificações postas no período da pandemia. Com isso, ocorreram mudanças precoces que não levaram em consideração demandas como: as dificuldades do trabalho docente e do processo educacional nessa modalidade de ensino, a qualidade questionável desse modelo educacional, o acentuamento da desigualdade no que diz respei-

to o acesso à educação, dentre tantos outros aspectos que tornam inviáveis o modelo de ensino remoto.

Ao tratar das condições dos trabalhadores da educação, percebe-se uma mudança repentina do modelo de trabalho colocado, fazendo com que a maioria tenha que lidar com um modelo de trabalho no qual não foi preparada em sua formação, além de não possuir as ferramentas necessárias para colocar o mesmo em prática. A partir disso geram-se uma série de improvisos para dar conta do ensino remoto, fazendo com que esses trabalhadores se exponham a condições precárias para prosseguir com as aulas a qualquer custo e manter seu sustento em um momento de grande crise econômica.

Em consequência desse regime de trabalho, percebe-se um sério agravamento da saúde mental e física desses trabalhadores e trabalhadoras, que além de não serem capacitados para esse tipo de ensino e de não possuírem as ferramentas adequadas, ainda precisam lidar com uma mudança na dinâmica das relações familiares, já que precisam exercer diariamente seu trabalho em sua própria residência. O ambiente doméstico se demonstra inadequado para os trabalhadores da educação por diversos fatores, como o trabalho doméstico e cuidados dos filhos que se misturam ao regime de trabalho formal, ou ainda, pela ausência de espaço adequado em casa para exercício da atividade intelectual.

É importante apontar que a categoria do magistério é composta em grande parte por mulheres, que sofrem com cargas a mais de trabalho, acarretadas pela divisão sexual do trabalho imposta pela sociedade, que faz com que tenham jornadas exaustivas, tornando o ensino remoto ainda mais insustentável. Essa situação também se agrava

ao tratar dos trabalhadores e trabalhadoras da educação que são negros, os quais comprovadamente possuem em nossa sociedade menor acesso a moradia digna e bens de consumo, o que também acaba interferindo negativamente nas condições de trabalho.

Além dos aspectos de precarização expostos acima, os trabalhadores da educação precisam lidar cada vez mais com a ausência de separação do horário de trabalho e do horário de descanso, já que precisam atender às novas exigências de comunicação online, tendo que estar disponíveis a todo momento para tirar dúvidas e monitorar o trabalho dos estudantes. Infelizmente, a capacidade de recusar a sobrecarga de trabalho é cada vez menor pelo medo de sofrer represália ou de perder o emprego no momento de tanta instabilidade em que se vive.

Levando em consideração que mesmo os docentes efetivos sofrem pela falta de perspectivas em sua carreira, imagina-se então a situação de “uberização” (FONTES, 2017) daqueles admitidos em caráter temporário. Uma grande quantia de professores com regimes de trabalho mais frágeis, como os da rede privada, terceirizados e temporários perderam seus empregos logo no início da pandemia, enquanto uma outra parcela de trabalhadores foi submetida à redução da carga horária, e conseqüentemente, à diminuição do salário. Tudo isso com respaldo das já mencionadas Medida Provisória nº936 e da Reforma Trabalhista, que abriram espaço para “negociação” de direitos básicos com os patrões. Aqueles que ainda não perderam o emprego, se submetem a condições de trabalho cada vez piores para manterem seu sustento, fazendo com que a categoria precise estar cada vez mais omissa, prejudicando a organi-

zação dos trabalhadores para conseguirem reivindicar seus direitos em tempos tão difíceis.

Há ainda que se considerar o cerceamento da liberdade de cátedra dos professores, já que o ensino remoto amplia a possibilidade de controle do que é ensinado, especialmente dos assuntos considerados “ideológicos” pelos conservadores, como a educação sexual, o estudo de gênero, a formação política, a cultura afrobrasileira, dentre outros temas cada vez mais vigiados pelo movimento de perseguição aos professores conhecido como “Escola sem partido”. Tudo isso gera prejuízos irreparáveis para o processo pedagógico: a ausência de ensino crítico, capaz de formar pessoas que questionem as problemáticas sociais, além de excluir assuntos que poderiam aproximar mais os estudantes do processo educacional, trazendo temas que façam mais sentido em suas vidas. Além da ausência de uma educação crítica, essa coibição gera um ambiente de trabalho extremamente hostil para os professores e ainda forma pessoas indiferentes aos problemas que a sociedade capitalista nos traz, reforçando os princípios do individualismo.

PRECARIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE ESTUDO

Se para os trabalhadores da educação a situação é extremamente difícil, para os estudantes não poderia ser diferente. O ensino remoto por si só já possui muitas limitações, mesmo em condições “ideais” de ensino, mas o abismo se torna ainda maior quando constatam-se as condições em que vivem grande parte dos estudantes, especialmente aqueles que fazem parte do ensino público. Faz-se necessário pensar no quanto o processo educacional é prejudicado pela ausência de direitos que asseguram a

qualidade de vida, como a ausência de moradia digna, de saneamento básico, de alimentação, ou ainda, a ausência das ferramentas necessárias para o ensino remoto, como computador e internet.

Ao debruçar-se sobre a realidade brasileira vê-se que “um em cada quatro domicílios brasileiros não possui água encanada” (COLEMARX, p. 16) e que o acesso a internet está longe de ser universalizado no Brasil, pois segundo o Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (Fafich) (2020) “20% dos domicílios brasileiros – o equivalente a 17 milhões de unidades residenciais – não estão conectados à internet, o que impossibilita o acesso de alunos ao material de ensino a distância disponibilizado em seus portais por muitas escolas públicas do ensino fundamental e do ensino médio.”. Só esses dados já dão uma certa dimensão de como o ensino remoto é excludente e como escancara as desigualdades dentro das condições materiais em que vivem os brasileiros e brasileiras.

Essas barreiras já seriam suficientes para distanciar ou até mesmo impedir que uma criança ou jovem acesse o ensino remoto, mas ainda é preciso lidar com uma série de fatores que excluem ainda mais os jovens que já são marginalizados pela sociedade capitalista. A política de militarização e “pacificação” das comunidades tem causado o genocídio da população pobre, especialmente os jovens negros e periféricos. Além disso, é inegável que a pandemia tem prejudicado a saúde mental dos estudantes, considerando o período extremamente incerto para a juventude, que enfrenta a falta de perspectivas e a insegurança causada pela intensificação das políticas neoliberais. Tudo isso inviabiliza qualquer processo educacional minimamente eficaz, acentuan-

do ainda mais a desigualdade entre estudantes de escolas públicas e privadas.

No caso dos estudantes que estão concluindo o Ensino Médio ou que já concluíram, essa insegurança se tornou ainda maior, pois tiveram que fazer o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) em um dos piores momentos da história do país, apesar de muitos pedirem o adiamento da prova. Ainda que já houvesse ocorrido um adiamento, uma importante conquista do movimento estudantil, fazer a prova em janeiro trouxe um risco imensurável para a saúde dos estudantes, de seus familiares e dos trabalhadores envolvidos na realização da prova, além de demonstrar todo o despreparo do Ministério da Educação e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) no planejamento da mesma.

Em vários lugares do país foram registrados estudantes impedidos de realizar a prova pela falta de estrutura e preparo de salas de aula que cumprissem as medidas de distanciamento social, o que demonstra uma grande falta de respeito com os estudantes que se prepararam e que se expuseram ao vírus para poderem fazer a prova. Para além do risco de saúde pública é preciso salientar que manter a realização das provas em meio a pandemia só aprofunda a desigualdade, já existente antes pelo próprio modelo de teste aplicado, mas que agora atinge ainda mais os estudantes pobres e vulneráveis, que não tiveram acesso a condições mínimas de estudo para se prepararem.

Esses mesmos jovens que estão saindo do Ensino Médio, cumprem por muitas vezes, papel essencial na renda familiar, já que na pandemia houve queda significativa na renda de muitas famílias. Dessa forma, torna-se cada vez mais comum jovens se inserirem em sub-empregos,

sofrendo precarização e instabilidade, além de serem expostos aos riscos trazidos pela pandemia, um exemplo para isso são os trabalhadores de aplicativo. Todo esse cenário também contribui para que esses jovens não consigam atender a todas as demandas trazidas pelo ensino remoto, pois foi adotado como uma maneira de deixar menos abrupta a falta das aulas presenciais, o aumento na demanda de atividades, pesquisas e tarefas que acabam sobrecarregando os estudantes.

No caso dos estudantes que cursam o Ensino Fundamental a situação também é difícil, pois dependem por muitas vezes de um adulto para auxiliar nas atividades escolares, ainda mais no caso das crianças que estão em fase de alfabetização e as que possuem algum tipo de deficiência. Como exigir que os pais cumpram o papel de orientação das atividades escolares sendo que estes geralmente não possuem a formação profissional necessária? Ou ainda, que sequer possuem tempo disponível pois precisam cumprir sua própria jornada de trabalho para sustento da família? Vê-se que o ensino remoto tem responsabilizado a família e a própria criança por tarefas que deveriam ser desempenhadas pelo Estado, de garantir o acompanhamento necessário para o processo educacional.

É importante mencionar que não existe discordância com a relevância que as tecnologias têm na sociedade, e conseqüentemente, a relevância que possuem para o uso escolar. O problema é como o uso dessas tecnologias tem sido conduzido e como elas têm acentuado as desigualdades no acesso à educação, já que grande parte dos estudantes não têm acesso sequer a condições dignas de vida como saneamento básico, energia, transporte, dentre outros. A situação é ainda pior quando identifica-

se a ausência de ferramentas adequadas para o estudo como o computador e a internet. Tudo isso promove um verdadeiro apartheid educacional (COLEMARX, 2020) onde só aqueles que possuem condições financeiras podem prosseguir com os estudos.

OS INTERESSES PRIVADOS NA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA

Os organismos internacionais têm aprofundado sua atuação dentro da educação a partir da “janela de oportunidades” criada pela pandemia, fazendo com que algumas mudanças ocorram em uma velocidade muito maior do que estavam previstas. A aparência de imparcialidade foi substituída por uma proposta mais objetiva de educação, que reforça e defende os princípios necessários para formação humana dentro dos marcos e das necessidades capitalistas.

Como bem apontado por Marx & Engels (2007, p.43), “A necessidade de mercados sempre crescentes para seus produtos impele a burguesia a conquistar todo o globo terrestre. Ela precisa estabelecer-se, explorar e criar vínculos em todos os lugares.”. No caso da educação não seria diferente, vê-se atualmente um grande conjunto de organismos que gerenciam a educação pública, se “fundindo” de modo que não seja mais possível separar os interesses públicos e privados, ainda que saibamos que nessa equação o Estado cumpre papel de defender os interesses da classe dominante, e não de uma educação emancipadora.

Em um primeiro momento pode-se considerar que a intenção desses organismos ao se inserirem na educação pública é de aumentar suas taxas de lucro, o que é verdade, mas para além disso, é necessário compreender todas as conse-

quências geradas a partir do modelo educacional proposto, e quais são os desdobramentos gerados na pandemia.

Pode-se destacar duas frentes em relação a intensificação da inserção desses organismos na educação pública: a precarização das condições de trabalho e estudo de professores e estudantes e o direcionamento das políticas educacionais em consonância com os interesses do capital, balizados pela agenda empresarial, que busca formar o capital humano e as competências necessárias (COLEMARX, 2020). Essas duas frentes estão intimamente ligadas e interferem de modo conjunto no cotidiano da vida escolar.

Os marcos regulatórios do Ensino à Distância têm sido flexibilizados para que o ensino remoto de entidades empresariais seja reconhecido como alternativa à educação presencial. Neste caso, a agenda empresarial tem proposto tudo o que diz respeito ao modelo educacional, desde a sua flexibilização por várias frentes de trabalho, até atividades escolares complementares que os professores devem realizar. Também tem ocorrido uma maior flexibilização dos contratos de trabalho dos professores, permitindo que desempenhem múltiplas funções enquanto recebem o mesmo salário (COLEMARX, 2020).

Nos últimos anos e, especialmente na pandemia, se propaga cada vez mais a ideia de que o aprimoramento da educação perpassa por uma questão de gestão ou de administração das políticas educacionais, mascarando inúmeras frentes de precarização que tem tornado o ensino público cada vez mais defasado. Deste modo, aos poucos o papel central do trabalhador da educação tem sido modificado de educador para gestor de atividades docentes, principalmente aquelas mediadas pelo ensino remoto.

Nesse processo de modificação do caráter de trabalho do professor e do direcionamento que a escola possui, o movimento de empresários dentro da educação busca cimentar através do senso comum que o processo educacional se restringe somente à aprendizagem, esvaziando toda a sua relevância no que diz respeito às relações sociais estabelecidas nesse espaço, bem como a necessidade de que se estabeleça o protagonismo estudantil como parte importante do processo educacional, onde os estudantes aprendem na prática a exercer autonomia em suas relações (COLEMARX, 2020).

O esvaziamento de significado do processo educacional não ocorre por acaso, ele busca engendrar no âmago das relações sociais a legitimação dos interesses da classe dominante, como colocado por Mészáros:

A educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu – no seu todo – ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade, seja na forma “internalizada” (isto é, pelos indivíduos devidamente “educados” e aceitos) ou através de uma dominação estrutural e uma subordinação hierárquica e implacavelmente impostas. (2008, p. 35)

Verificando as plataformas de ensino utilizadas no ensino remoto, constata-se que, em praticamente todos os estados temos a participação de organismos privados como: Fundação Lemann, Instituto Natura, Google Education, Fundação Vanzolini, Fundação Telefônica Vivo, Instituto Inspirare, dentre tantos outros que gerenciam os modelos de educação pública de acordo com seus interesses (COLE-

MARX, 2020). Seria muita inocência (ou omissão) acreditar que essas instituições e fundações dos conglomerados mais ricos do país estariam se inserindo nacionalmente na educação pública sem ter objetivos próprios para isso.

Ao analisar, por exemplo, a Fundação Lemann, propriedade de Jorge Paulo Lemann, eleito o segundo homem mais rico do país em 2019, veremos que esta possui não só uma proposta de modelo educacional para o período de isolamento social que está sendo inserida com sucesso, mas também uma proposta educacional de continuidade para depois da pandemia, conhecida como “ensino híbrido”. Neste modelo, se propõe a inserção de ensino semipresencial, ou seja, haveria prosseguimento do ensino remoto em conjunto com o ensino presencial mesmo com a superação da pandemia. Não é em vão que o próprio Lemann já afirmou que a crise instaurada pela pandemia trouxe novas oportunidades.

EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

Todos os aspectos mencionados demonstram que há um longo caminho pela frente no que diz respeito à conquista de direitos básicos que dêem subsídio para acesso à vida digna, e para que a educação tenha um norte emancipador, alinhada aos interesses e necessidades da classe trabalhadora. A sociedade capitalista, avançada em seu desenvolvimento, busca unilateralmente a produção de riquezas em si mesma e a exploração de todos os âmbitos educacionais (MÉSZÁROS, 2008), por isso não surpreendente que organismos privados têm se aproveitado de maneira oportunista da fragilidade deste momento.

É impossível que sejam feitas mudanças estruturais efetivas na educação e nas condições de vida dentro do sistema capitalista pois:

Limitar uma mudança educacional radical às margens corretivas interesseiras do capital significa abandonar de uma só vez, conscientemente ou não, o objetivo de uma transformação social qualitativa. Do mesmo modo, contudo, procurar margens de reforma sistêmica na própria estrutura do sistema do capital é uma contradição em termos. É por isso que é necessário romper com a lógica do capital se quisermos contemplar a criação de uma alternativa educacional significativamente diferente. (Mészáros, 2008, p. 27)

Mas ainda que a ruptura com o sistema capitalista seja imprescindível para mudar os rumos em que vive o país, faz-se necessário mediações para não só não perder o pouco que existe mas para avançar nas pautas que buscam direitos básicos, para lutar pelo caráter público da educação, para defender que ela seja um instrumento que traga voz para classe trabalhadora e não um artifício de segregação social da classe dominante, como vem ocorrendo.

Por isso, algumas proposições se fazem necessárias para que se busque diminuir a lacuna das desigualdades: manutenção do auxílio emergencial até o fim da pandemia; vacina gratuita para toda a população; suspensão do ENEM diante das circunstâncias injustas em que foi realizado, com reorganização baseada em um período seguro para sua realização; a reorganização do calendário letivo de 2021 em conjunto com o calendário de 2022, sem que o ensino remoto seja utilizado para cumprir a carga horária; democratização das ferramentas necessárias para atividades remotas e acesso à internet para todos os estudantes para atividades complementares.

Estas proposições e algumas outras que buscam trazer maior dignidade no processo educacional só podem ser atingidas através da organização dos trabalhadores e estudantes, como historicamente ocorreram inúmeras lutas onde os direitos só foram conquistados quando os oprimidos se ergueram diante das injustiças. As dificuldades que a conjuntura apresenta são grandes, mas não se pode subestimar a capacidade de organização da categoria dos trabalhadores da educação para enfrentar essas e tantas outras adversidades que se colocam no caminho.



PARTE 2
VIVÊNCIAS



PET CONEXÕES
DE SABERES

DIÁLOGOS ENTRE COMUNIDADES

PROGRAMA DE
EDUCAÇÃO
TUTORIAL

O PET E SEUS OBJETIVOS

O PET surgiu em 1979 criado pela CAPES, cujo nome inicialmente era “Programa Especial de Treinamento”. No final do ano de 1999 este PET foi transferido para a Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação, sob a responsabilidade do DEPEM (Departamento de Modernização e Programas da Educação Superior), e no ano de 2004 transformou-se no Programa de Educação Tutorial, como é conhecido atualmente.

O PET é regulado pela Lei nº 11.180/05, e pelas Portarias do MEC nº 3.385/05, nº 1.632/06 e nº 1.046/07, com inovações e aditivos trazidos pelas Portarias do MEC nº 976/10 e nº 343/13, sendo que questões pertinentes aos recursos destinados ao custeio do Programa e de seus integrantes são ainda reguladas pelas Resoluções nº 36 de 2013 e nº 42/2013, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, os quais, conjuntamente, compõem o fundamento jurídico para a legalidade do Programa, e por conseguinte,

sua legitimidade como instrumento de fomento e apoio ao Ensino Superior Brasileiro.

Além disso, o Ministério da Educação elaborou um Manual de Orientações Básico que transcreve de maneira simplificada e didática as diretrizes do PET, extraídas de preceitos legais codificados, para inseri-las ao universo acadêmico e pedagógico, facilitando assim a execução do programa pelos professores tutores, bolsistas e organizadores, garantindo também, dessa forma, sua unificação nacional. Neste Manual estão descritas desde as razões motivadoras para concepção do programa, passando por seus objetivos gerais e específicos, indicação de sua estrutura e respectivas atribuições, até a indicação dos procedimentos para ingresso, planejamento, execução e avaliação do programa. Por fim, resumidamente, esclarece acerca dos recursos que são disponibilizados para o seu custeio.

Tomado conhecimento acerca do Programa de Educação Tutorial, em sua conceituação básica, conclui-se que o objetivo principal desta ação é a constituição de um grupo de alunos vinculado a cursos de graduação para desenvolver ações de Ensino, Pesquisa e Extensão sob a orientação de um professor tutor, e que através do desenvolvimento de atividades extracurriculares, estarão complementando e/ou ampliando e aprofundando os conteúdos curriculares, dando ao aluno a oportunidade de vivenciar experiências além das formalmente programadas pelo seu curso em específico, e conseqüentemente atribuindo a este aluno uma formação ampliada e de melhor qualidade, tanto para inseri-lo no mercado profissional, como para o incentivá-lo e prepará-lo para estudos em Programas de Pós-graduação.

Trazendo para a presente realidade, os grupos PET na Universidade Federal de Santa Catarina preveem a expansão dos grupos vinculados a áreas prioritárias e a políticas públicas de desenvolvimento, assim como a correção de desigualdades sociais e regionais. As particularidades do PET Conexões de Saberes aqui propostas tem reflexo direto no plano de atividades, na atuação do tutor selecionado e nas articulações necessárias com os vários cursos de graduação dos bolsistas participantes (petianos), principalmente no que se refere aos projetos político-pedagógicos e de pesquisa.

Para este PET em questão, com base nessa contextualização, tentou-se realizar a análise das atividades do projeto para elaborar as propostas de Ensino, Pesquisa e Extensão, porém pouco se encontrou sobre as atividades já realizadas na página de rede social do mesmo. Assim, com base nestas pesquisas realizadas, objetiva-se com esta nova proposta de trabalho proporcionar novas atividades e dar continuidade as atividades relevantes que o PET já vem exercendo. Isto posto, será apresentada aqui a proposta de estrutura metodológica para o próximo triênio do PET Conexões de Saberes.

O PET CONEXÕES DE SABERES

Em sua trajetória o PET Conexões de Saberes tem realizado ações de cunho social e de apoio à Pesquisa e a Extensão universitária bem como a Iniciação Científica de alunos de graduação dos mais diversos cursos oferecidos na Instituição. É possível observar que este PET apresenta atividade amplamente baseada em discussões de cunho social e acadêmico, compreende valor na atividade do ensino de línguas em parceria com DLLE (Departamento de Línguas

Estrangeiras) da Universidade Federal de Santa Catarina, organiza e participa de eventos e cursos de cunho acadêmico e científico e, por fim, propõe uma atividade de Cinema com objetivo de fomentar discussões e análise crítica sobre problemáticas político-sociais contemporâneas. Tais atividades demonstram que o PET Conexões de Saberes já é uma realidade consolidada dentro da UFSC com anos de atuação.

O NOSSO PET CONEXÕES

O PET Conexões de Saberes: diálogos entre a universidade e as comunidades urbanas populares – é um programa desenvolvido pelo Ministério da Educação junto a Instituições de Ensino Superior sendo que a UFSC participa desde 2006.

O nosso PET tem o objetivo de desenvolver ações inovadoras que ampliam a troca de saberes entre as comunidades populares e a universidade, valorizando o protagonismo dos estudantes universitários beneficiários das ações afirmativas no âmbito das universidades públicas brasileiras, contribuindo com a inclusão social e a permanência de jovens oriundos das comunidades do campo, quilombola, indígena e em situação de vulnerabilidade social e econômica.

QUEM SOMOS

O PET Conexões de Saberes da UFSC é composto por 12 integrantes – chamados de petianos – e um professor-tutor que é responsável por orientar os projetos de ensino, pesquisa e extensão que são desenvolvidos pelo grupo. São realizadas reuniões semanais com o intuito de dar seguimento aos trabalhos que constam no planejamento anual de atividades que é elaborado coletivamente no início de cada ano.

Desde sua criação até os dias de hoje, a composição do grupo variou diversas vezes, bem como o posto de professor-tutor, mas as temáticas trabalhadas pelo grupo comumente se relacionam com as histórias e afinidades de seus próprios integrantes, conectando vivências das comunidades às quais pertencem com os conhecimentos acadêmicos adquiridos ao longo da graduação. Atualmente, a sede do grupo é no térreo do Espaço Físico Integrado (EFI), em frente à secretaria do bloco.

OS AUTORES

Conheça um pouco de quem somos nós e o que fazemos em nosso PET e em nossos cursos de graduação:

	<p>ANA CLAUDIA DE OLIVEIRA BARBOSA</p> <p>Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina e bolsista do Programa de Educação Tutorial Conexões de Saberes - Comunidades Populares Urbanas. Foi estagiária no Centro de Atenção Psicossocial Infanto-Juvenil de Florianópolis, na Cáritas Brasileira Regional de Santa Catarina e no Instituto Arco-íris de Direitos Humanos. Realizou trabalhos voltados para as áreas de saúde mental, migração e refúgio e população em situação de rua. Beneficiária e defensora das políticas de ações afirmativas integra o PET desde o semestre 2018.1.</p>
	<p>BEATRIS CRISTINA BADIA</p> <p>Graduada em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina. Cursa licenciatura em Psicologia na mesma universidade, é bolsista do Programa de Educação Tutorial Conexões de Saberes - Comunidades Populares Urbanas. Psicanalista em constante formação, possui experiência e interesse pelas áreas da psicologia clínica, saúde mental e atenção psicossocial.</p>

	<p>CAIQUE SOUZA RIBEIRO</p> <p>Estudante do 9º semestre do curso de Medicina e faz parte do PET Conexões dos Saberes desde 2016.2. Vê no PET uma oportunidade de se conectar com pessoas de outros cursos, com visões e vivências diferentes, para construir um trabalho multidisciplinar. Participou do projeto Diretório de Direitos em Saúde, o qual consiste na elaboração de uma cartilha para a comunidade, trazendo informações sobre grupos que defendem os direitos dos usuários de saúde de forma gratuita para a população.</p>
	<p>CAROLINE DILLEY</p> <p>Licenciada em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e mestranda na mesma universidade no Programa de Pós Graduação em Educação (PPGE). Foi integrante do PET Conexões de Saberes entre 2016 e 2021 e atualmente dedica-se a estudar o impacto das reformas educacionais do Ensino Médio no trabalho docente e no caráter que a educação assume no contexto neoliberal.</p>
	<p>CHAIANE GUTERRES DA SILVA</p> <p>Estudante de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina de desde 2019.1, oriunda de ações afirmativa, "cotas". atuante do movimento negro de serviço social. pretende pesquisa elementos do sistema carcerário brasileiro. integrante do pet conexões de saberes.</p>
	<p>GABRIEL HENRIQUE DE CASTRO RICARDO</p> <p>Oriundo de escola pública, é estudante do curso de graduação em medicina da UFSC, tendo ingressado na Universidade em 2016 através do Programa de Ações Afirmativas. Dentre as vivências estudantis, foi membro do Centro Acadêmico Livre de Medicina da UFSC (CALIMED) e da Direção Executiva dos Estudantes de Medicina (DENEM), desenvolvendo projetos sobretudo na área de saúde pública e educação médica.</p>
	<p>KAUANA JANAINA PIRES DE CASTRO</p> <p>Estudante do curso de graduação em Serviço Social (UFSC), cotista oriunda de escola pública, usuária da assistência estudantil, em especial da Bolsa Estudantil vinculada à Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE/UFSC) e integrante do PET Conexões de Saberes desde 2018.1.</p>

	<p>LUANA TREVISAN</p> <p>Psicóloga. Estudante de Licenciatura em Psicologia. Foi integrante do PET Conexões de Saberes entre 2016 e 2021. Participou ativamente durante a graduação de projetos, estágios e organização de eventos envolvendo a comunidade, o serviço de Assistência Social e Saúde Pública de Florianópolis. Atualmente trabalha como psicóloga clínica e também na área da assistência social como psicóloga social.</p>
	<p>MAISA BATISTA DE CARVALHO</p> <p>Graduanda do curso de psicologia, possui interesse e experiência nas áreas de psicologia e relações étnico-raciais, gênero e sexualidade e diversidade e inclusão nas organizações.</p>
	<p>MATHEUS DIAS DA SILVA</p> <p>É estudante do sexto ano de medicina da Universidade Federal de Santa Catarina. Oriundo da periferia de São Paulo, atuou como educador em cursinhos populares antes de seu ingresso na medicina, período em que cursava ciências biológicas na USP. Durante o curso de medicina fez parte do Centro Acadêmico Livre de Medicina como secretário de assistência e permanência estudantil. É membro do PET Conexões de Saberes desde 2017.</p>
	<p>RANIERI PAULO BONA</p> <p>Estudante cotista oriundo de escola pública matriculado na 6ª fase do curso de Design de produto da Universidade Federal de Santa Catarina. Ingressou em 2017 no PET Conexões de saberes. Desde então, fez parte de atividades de ensino e pesquisa realizadas pelo grupo. Tem interesse nas áreas de design e sustentabilidade, prototipagem rápida, fabricação digital e modelagem 3D.</p>
	<p>RODRIGO WILLIAM DA SILVA</p> <p>Médico formado pela UFSC, atuou durante a graduação, como bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET) por mais de quatro anos. Tem interesse na área de Medicina da Família e Comunidade e experiência em desenvolver estudos sobre a percepção de médicos e médicas a respeito do uso da telemedicina na atenção primária.</p>



SARA LOPES

Estudante de Serviço Social, passou a integrar o PET Conexões de Saberes em 2021. Desde o início da graduação participa de espaços relacionados a organização popular e movimentos sociais. Estuda a temática do direito a moradia e, além disso, a questão racial brasileira pelo grupo de estudos do Coletivo Veias Abertas do IELA, partindo da teoria marxista da dependência.



SILVIA REGINA MEDEIROS DE OLIVEIRA

Estudante de Serviço Social. Estágio: Centro de Integração Empresa Escola/SC. Experiências fora da academia no mercado de trabalho: Educadora Social do Projeto Meninos e Meninas de Rua em SBC. Educadora do Projeto Juventude e Esperança do Amanhã em Santo André. Arte Educadora no Projeto Semente em SBC. Redutora de Danos no Consultório na Rua/CAPS Diadema.

organizado por:



PROF. DR. ISRAEL BRAGLIA

Tutor do PET Conexões de Saberes desde 2019, é professor do magistério superior na Universidade Federal de Santa Catarina nos cursos de Design e Design de Produto no departamento de Design e Expressão Gráfica. É coordenador do Lemme - Grupo de Pesquisa CNPQ e é coordenador do curso de extensão universitária EAD em Marketing Digital desta mesma instituição.

ÚLTIMAS PALAVRAS

Caso ocorra novamente outra situação pandêmica, este livro contém relatos e vivências que podem nos auxiliar em possíveis enfrentamentos futuros de como proceder e quais ações precisamos tomar. São fatos e pesquisas vividas por estudantes na linha de frente da saúde pública, do serviço social, da medicina, dos estágios na área da saúde e da parte de comunicação e design. Se há a necessidade de uma equipe especializada na contenção dos prejuízos (ou malefícios) de uma situação de crise como uma pandemia pode causar, compreendemos que esse registro também nos norteia para se pensar nas políticas públicas para esses momentos de dificuldades e para a importância de direcionamento de recursos para a população menos favorecida.

Cada experiência, dificuldade e estratégias aqui relatadas, além de ser um registro histórico, nos mostra como seguirmos de forma mais assertiva com mais facilidade nos resultados, evitando consequências drásticas e amenizando os impactos numa crise tal qual ainda estamos vivendo.

Uma das premissas do nosso grupo PET CONEXÕES DE SABERES é de que todo conhecimento deve ser comparti-

lhado em caráter de ampliar o diálogo entre as comunidades urbanas e populares e a universidade.

Neste livro, tivemos como proposta mostrar a nossa força, a nossa pesquisa e a nossa importância: todos os petianos “estudantes” são frutos de ações afirmativas e seus estudos e ações são voltados para esse público, para este segmento social e para a própria academia como um instrumento para que futuros estudantes tomem esses registros como base para novas pesquisas e ações junto às comunidades e assim a universidade pública continue a cumprir o seu primoroso papel de ensino, pesquisa e extensão.

A todos e todas, o nosso muito obrigado.

GRUPO PET CONEXÕES DE SABERES UFSC

REFERÊNCIAS

ACNUR (Brasil). Onu. Número de refugiados e migrantes da Venezuela ultrapassa 4 milhões, segundo o ACNUR e a OIM. 2019. Disponível em: <[//www.acnur.org/portugues/2019/06/07](http://www.acnur.org/portugues/2019/06/07)>. Acesso em: 12 out. 2019.

AZEVEDO, Dulcian Medeiros de; MIRANDA, Francisco Arnaldo Nunes de. Oficinas terapêuticas como instrumento de reabilitação psicossocial: percepção de familiares. Esc. Anna Nery, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 339-345, Junho 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452011000200017-&lng=en&nrm-iso>. acesso em 23 Jan. 2021. <https://doi.org/10.1590/S1414-81452011000200017>.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. Política social: fundamentos e história. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BRASIL, Lei Nº 13.979 de 06 de fevereiro de 2020. Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 158, n. 1, p. 1-77. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l13979.htm#:~:text=L13979&text=Dispõe%20sobre%20as%20medidas%20para,responsável%20pelo%20surto%20de%202019.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Saúde Mental no SUS: os Centros de Atenção Psicossocial**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: http://http://www.ccs.saude.gov.br/saude_mental/pdf/sm_sus.pdf

BRASIL. Agência de Notícias IBGE. Estatísticas Sociais (ed.). **Desigualdade de renda atinge regiões, gêneros, cores e escolaridades**. 2017. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/18377-desigualdade-de-renda-atinge-regioes-generos-cores-e-escolaridades>. Acesso em: 29 jan. 2021.

BRASIL. CASA CIVIL. . **Governo Federal assina acordos para ampliar assistência humanitária aos refugiados venezuelanos**. 2019. Disponível em: <http://www.casacivil.gov.br/central-de-conteudos/noticias/2019/outubro/governo-federal-assina-acordos-para-ampliar-assistencia-humanitaria-aos-refugiados-venezuelanos>. Acesso em: 07 out. 2019.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988.

BRASIL. Dispõe sobre o uso da telemedicina durante a crise causada pelo coronavírus (SARS-CoV-2). Diário Oficial da União, 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-13.989-de-15-de-abril-de-2020-252726328>. Acesso em: 18 de janeiro de 2021.

BRASIL. Dispõe, em caráter excepcional e temporário, sobre as ações de Telemedicina. Diário Oficial da União, 2020 . Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-467-de-20-de-marco-de-2020-249312996>. Acesso em: 18 de janeiro de 2021.

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA. **Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil**. 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/25844-desigualdades-sociais-por-cor-ou-raca.html?=&t=resultados>. Acesso em: 29 jan. 2021.

BRASIL. Medida provisória nº934, de 1 de abril de 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-934-de-1-de-abril-de-2020-250710591>. Acesso em 25 de janeiro de 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde Gabinete do Ministro Portaria N° 3.588, de 21 de dezembro de 2017. Altera as Portarias de Consolidação no 3 e n° 6, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre a Rede de Atenção Psicossocial, e dá outras providências. Brasília: Ministério da Saúde, 2017. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt3588_22_12_2017.html

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria N° 366, de 19 de fevereiro de 2002. Brasília: Ministério da Saúde, 2002. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2002/prt0336_19_02_2002.html

BROIDE, Jorge et al. Clínica, intervenção e pesquisa em psicanálise no trabalho com grupos: experiência de consultoria na implantação da justiça restaurativa na cidade de Porto Alegre. In: *Psicanálise e Intervenções Sociais*. Porto Alegre: APPOA, 2011, p. 65-81.

CAETANO, Rosângela et al. Desafios e oportunidades para telessaúde em tempos da pandemia pela COVID-19: uma reflexão sobre os espaços e iniciativas no contexto brasileiro. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 36, n. 5, e00088920, 2020.

CASTRO, Kauana Janaína Pires de. Política social e família: notas à análise crítica. In: SEMINÁRIO DE INTEGRAÇÃO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL, 1., 2019, Florianópolis. Anais [...]. Florianópolis: PET/SSO/UFSC, 2019. p. 163-167. Disponível em: <https://petservicosocial.paginas.ufsc.br/files/2019/05/Anais-I-Semin%C3%A1rio-de-Integra%C3%A7%C3%A3o-do-Servi%C3%A7o-Social-1.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2021.

CENTRO ESTRATÉGICO LATINOAMERICANO DE GEOPOLÍTICA (CELAG). *Las consecuencias económicas del boicot a Venezuela*. 2019. Disponível em: <https://www.celag.org/las-consecuencias-economicas-del-boicot-venezuela/>. Acesso em: 12 out. 2019.

CFESS/CRESS. *Carta de Maceió: seguridade social pública é possível*. Maceió (AL), 2000. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/encontronacional_cartas_maceio.pdf. Acesso em: 29 jan. 2021.

COLEMARX. **Em defesa da educação pública comprometida com a igualdade social:** porque os trabalhadores não devem aceitar aulas remotas. Disponível em: <<http://www.colemarx.com.br/wp-content/uploads/2020/04/Colemarx-texto-cr%C3%ADtico-EaD-2.pdf>>. Acesso em: 25 de janeiro de 2021.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. OFÍCIO CFM N° 1756/2020 – COJUR. Conselho Federal de Medicina, 2020. Disponível em: <https://portal.cfm.org.br/images/PDF/2020_oficio_telemedicina.pdf>. Acesso em: 18 de janeiro de 2021.

CURYCRJ. **Políticas inclusivas e compensatórias na educação básica.** Cad Pesqui. 2005; 35(124): 11-32

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos Tomada especial de preços de novembro de 2020. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/2020/202011cestabasica.pdf>>. Acesso em: 23 de Agosto 2021.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente:** e classes sociais na América Latina. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

FIOCRUZ, Fundação Oswaldo Cruz. **Cartilha Saúde Mental e Atenção Psicossocial - Informações Gerais.** 2020. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/documento/cartilha-saude-mental-e-atencao-psicossocial-na-pandemia-covid-19>

FONTES, Virgínia. **Capitalismo em tempos de uberização:** do emprego ao trabalho. Marx e o Marxismo – Revista do NIEP Marx, [S.l.], v. 5, n. 8, p. p. 45-67, jul. 2017. ISSN 2318-9657. Disponível em: <<http://www.niepmarx.blog.br/revistadoniep/index.php/MM/article/view/220>>. Acesso em: 25 de janeiro de 2021.

GORENDER, Jacob. **Escravidão colonial.** São Paulo: Expressão popular, 2016

GRIGOLO, Tania. et al. O projeto terapêutico singular na clínica da atenção psicossocial. Cadernos Brasileiros de Saúde Mental, Florianópolis, v.7, n.1, p.53-73, 2015.

GUIMARÃES, Alexandre Queiroz. Economia, Instituições e Estado de Bem-Estar Social: respostas à nova configuração do capitalismo pós-1970. Dados, Rio de Janeiro, v. 58, n. 3, p. 617-650, set. 2015. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/00115258201554>.

GUIMARÃES, Fernanda. Para Lemann, crise por pandemia do coronavírus traz oportunidade. 2020. <<https://economia.uol.com.br/noticias/estado-conteudo/2020/04/17/para-lemann-crise-traz-oportunidade.htm>> Acesso em: 25 de janeiro de 2021.

IAMAMOTO, M. V. O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho profissional e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2005.

IBP. Maiores consumidores de petróleo e LGN em 2015. 2015. Disponível em: <<https://www.ibp.org.br/observatorio-do-setor/maiores-consumidores-de-petroleo-e-lgn-2015/>>. Acesso em: 14 out. 2019.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades e Estados, 2020. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sc/florianopolis.html>.

MAAKAROUN, Bertha. Domicílios sem internet sofrem os impactos do isolamento social. 2020. <<https://www.msn.com/pt-br/noticias/educacao/domic%3adlios-sem-internet-sofrem-os-impactos-do-isolamento-social/ar-BB12v82W?li=AAC9bfM>>. Acesso: 25 de janeiro de 2021.

MARX, K. e ENGELS, F. Manifesto do Partido Comunista. São Paulo: Boitempo, 2007.

MÉSZÁROS, István. A educação para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2008.

NOVAES CUNHA, Carolina; STELLA BRANDAO GOULART, Maria. A participação política de pessoas com sofrimento mental: a Associação dos Usuários de Serviços de Saúde Mental de Minas Gerais (Asussam-MG).

Psicol. rev. (Belo Horizonte), Belo Horizonte , v. 21, n. 3, p. 513-533, set. 2015. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682015000300007&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 23 jan. 2021. <http://dx.doi.org/DOI-10.5752/P.1678-9523.2015v21n3p513>.

PEUKER, Ana. ALMONDES, Katie. **Recomendações para o exercício profissional presencial e on-line da psicologia frente à pandemia de COVID-19**. Sociedade Brasileira de Psicologia, 2020. Disponível em: <<http://www.sbpsonline.org.br/enfrentamento-covid19>>. Acesso em: 18 de janeiro de 2021.

PMF/SMS-PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, 2020. **Guia de Orientações para o Enfrentamento da Pandemia da COVID-19**: Orientações voltadas aos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) de Florianópolis/SC. Florianópolis: SMS (março).

POLITIZE (Santa Catarina). **COMO COMEÇOU A CRISE NA VENEZUELA?** 2019. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/crise-na-venezuela/>>. Acesso em: 14 out. 2019.

PRO REITORIA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS. **Edital 05 de 2020**. Disponível em: <http://prae.paginas.ufsc.br/files/2020/03/Edital-5-2020-PRAE-Programa-Emergencial-de-Apoio-ao-Estudante-2.pdf> Acesso em: 23 de agosto 2021.

REVISTA ÉPOCA. **Dados do SUS revelam vítima-padrão de Covid-19 no Brasil: homem, pobre e negro**. 2020. Disponível em: <https://epoca.globo.com/sociedade/dados-do-sus-revelam-vitima-padrão-de-covid-19-no-brasil-homem-pobre-negro-24513414>. Acesso em: 29 jan. 2021.

RIO DE JANEIRO. COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA DA ALERJ. **Relatório anual 2020: socorro na pandemia**. socorro na pandemia. 2020. Disponível em: <https://www.relatoriodireitoshumanos.com.br/socorro-na-pandemia>. Acesso em: 13 dez. 2020.

SANTOS, Cleusa. **Fluxos migratórios e atribuições dos assistentes sociais**. In: 4º SIMPÓSIO MINEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 8., 2017, Minas Gerais. Artigo. Belo Horizonte: Cress Mg, 2017. p. 1 - 10.

Telemedicine: opportunities and developments in Member States: report on the second global survey on eHealth 2009. (Global Observatory for eHealth Series, 2) 1.Telemedicine. 2.Medical informatics. 3.Information technology. 4.Technology transfer. 5.Needs assessment. 6.Data collection. I.WHO Global Observatory for eHealth. ISBN 978 92 4 156414 4

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. ATA Nº 12 DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO. Disponível em: <http://cun.orgaosdeliberativos.ufsc.br/atas-cun-2020/> Acesso em: 23 de agosto 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. DIAGNOSTICO INSTITUCIONAL JULHO DE 2020. Disponível em: http://coronavirus.paginas.ufsc.br/files/2020/06/15_06_20_DIAGNOSTICO_INSTITUCIONAL_1.pdf Acesso em: 23 de agosto 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. PORTARIA NORMATIVA Nº 353/2020/GR, DE 16 DE MARÇO DE 2020. Disponível em: <https://noticias.ufsc.br/files/2020/03/PN-1603-Covid-19.pdf>. Acesso em: 23 de agosto 2021.

VESPA, Talyta. **Em vez de idade, classe social passa a definir quem morre de covid no país.** 2020. Veículo por UOL Notícias. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/05/06/no-brasil-covid-19-nao-mata-por-idade-mas-por-endereco-sugere-estudo.htm>. Acesso em: 29 jan. 2021.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. WHO Health Emergency Dashboard, 2020. Disponível em <https://covid19.who.int/region/amro/country/br>. Acesso em 17 de nov. de 2020.

XAVIER, Arnaldo; MIOTO, Regina Célia Tamaso. **Reflexões Sobre a Prática Profissional do Assistente Social: relação teoria-prática, historicidade e materialização cotidiana / Reflections on the Professional Practice of Social Workers.** Textos & Contextos (Porto Alegre), [s.l.], v. 13, n. 2, p.355-365, 30 dez. 2014. EDIPUCRS.

PET CONEXÕES DE SABERES

Espaço Físico Integrado - EFI, Piso Térreo, sala 232.

Universidade Federal de Santa Catarina

Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima, Trindade.

Florianópolis-SC. Brasil. CEP: 88040-900

www.petconexoes.ufsc.br

Instagram: @petconexoes.ufsc

E-mail: petconexoesmc@gmail.com

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - GOVERNO FEDERAL

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR - SESU
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO - PROGRAD

Comitê Local de Acompanhamento e Avaliação - CLAA
Programa de Educação Tutorial - PET

Agradecimentos:

Paulo de Morrison Faria Junior - coordenador de apoio administrativo



*Composto em Merriweather e Montserrat com
detalhes em Roboto pelo projeto editorial do PET
Conexões de Saberes e impresso em offset digital sobre
papel Off-set LD 75g e capa sobre papel Supremo LD
250g por Gráfica Rocha no inverno de 2021.*

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO TUTORIAL

CONEXÕES DE SABERES

DIÁLOGO ENTRE COMUNIDADES

Em tempos de COVID-19, num período de educação remota, o PET CONEXÕES DE SABERES DA UFSC apresenta esta obra com os seguintes temas de artigos de pesquisa:

- Infográfico: Como se proteger das *fakenews* em tempos de pandemia?
- A pandemia do coronavírus e sua relação com os aspectos econômicos e sociais no Brasil
- Assistência humanitária aos migrantes e refugiados venezuelanos no Brasil
- O uso de tecnologias de informação para teleatendimento na atenção primária de Florianópolis: um relato de experiência
- Alternativa de cuidado coletivo em saúde mental no CAPS Ponta do Coral durante a pandemia da COVID-19: Grupos Virtuais
- Permanência Estudantil: a estratégia de (des)enfrentamento adotada pela Universidade Federal de Santa Catarina frente à pandemia do COVID-19
- Intensificação da precarização do Ensino Básico em tempos de pandemia



PET CONEXÕES
DE SABERES

www.petconexoes.ufsc.br
@petconexoes.ufsc

Ministério da Educação
Secretaria de Educação Superior
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
Pró-Reitoria de Graduação
Universidade Federal de Santa Catarina
Programa de Educação Tutorial



UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA CATARINA